



PENSANDO UM PROJETO DE PAÍS

O Corecon-SP se posiciona sobre temas econômicos para ajudar na formulação de políticas mais eficazes, oferecendo diagnósticos e propostas para os desafios socioeconômicos do Brasil.

A visão do Corecon-SP é baseada no Art. 3º da Constituição, focada **no desenvolvimento econômico com justiça social.**



CORECON SP
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Expediente

Presidente: Odilon Guedes

Vice-Presidente: Haroldo da Silva

Conselheiros Efetivos:

- Antonio Prado
- Cristiane Menezes David
- Carlos Eduardo de Oliveira Jr.
- Carlos Cordeiro
- Carla Beni Menezes de Aguiar
- Haroldo da Silva
- José Marcos de Campos
- Julio Manuel Pires
- Norma Cristina Brasil Casseb
- Odilon Guedes
- Ricardo Tadeu Martins
- Wilson Costa Amorim

Conselheiros Suplentes:

- André Pereira Perfeito
- André Paiva Ramos
- Antonio Fernando Gomes Alves
- Fernanda Della Rosa
- Lia Lopes
- Lucy Aparecida de Sousa
- Marisa Rossignoli
- Rodrigo da Silva Mariano
- Shirley Marques Basilio
- Simone Silva de Deos
- Welinton dos Santos

Colaboradores:

- Gerente Executivo: Júlio Poloni
- Coordenadora de Comunicação: Denise Kelen
- Assessor de Comunicação: Renato Ricarte
- Designer: Marina Montilha Porto
- Estagiária de Comunicação: Nathaly Silva
- Compras: Júlia Goggi e Lucas Estevam
- Financeiro: Néia Sá Teles
- Orçamento e Contabilidade: Jéssica Cassimiro e Letícia Brant

Projeto Gráfico: Marina Montilha Porto



Foto: Adobe Stock

Sumário

Editorial 5

Documento 01 - Fev/2025 6
Repensar o papel do Estado sob uma ótica pragmática

Documento 02 - Mar/2025 10
Os limites da política monetária: consequências para a economia brasileira

Documento 03 - Abr/2025 14
O Boletim Focus e o viés financeiro: quando as expectativas criam a realidade

Documento 04 - Mai/2025 18
O Brasil que devemos construir

Documento 05 - Jun/2025 24
A necessidade da neointustrialização diante dos desafios geopolíticos modernos

Documento 06 - Jul/2025 30
Os desafios fiscais do Brasil: entre a austeridade e os privilégios

Documento 07 - Ago/2025 37
A participação e os limites do BRICS na multipolaridade geopolítica global

Documento 08 - Set/2025 44
Tarifaço: o encontro do interregno com a nova escala da era da turbulência

Documento 09 - Out/2025 50
Desigualdades e distribuição de renda no Brasil

Documento 10 - Nov/2025 58
O trabalho e a reconstrução do desenvolvimento brasileiro

Editorial

O Brasil vive um momento em que vários desafios têm que ser enfrentados — sociais, econômicos, ambientais e institucionais —, os quais exigem mais do que diagnósticos pontuais: são necessários visão estratégica, compromisso com o bem comum e coragem para propor caminhos.

É com esse espírito que o Conselho Regional de Economia de São Paulo apresenta esta coletânea de artigos institucionais, fruto de uma reflexão contínua e plural sobre o desenvolvimento nacional, baseada na Lei 1411/51 e no Art. 3º da Constituição Federal, que estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

Ao longo de 2025, o Corecon-SP se reuniu com várias instituições relevantes que representam diversos segmentos econômicos (Banco Central, Febraban, Fiesp, Associação Comercial, Dieese, CNA etc). A partir desses diálogos - e com a experiência de seu Plenário, que conta com Conselheiros atuantes nos mais distintos setores da Economia e formados nas mais diversas instituições de ensino (USP, FGV, Unicamp, PUC, Mackenzie, FECAP etc) - o Conselho consolidou uma série de posicionamentos oficiais que expressam não apenas a leitura crítica da entidade sobre a conjuntura, mas também a convicção de que o Brasil pode — e deve — construir um projeto de país à altura de sua história, potencial e diversidade.

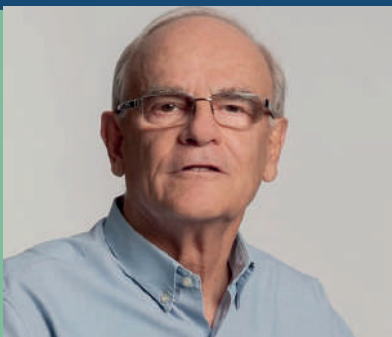
Cada artigo aqui reunido foi elaborado com base nos princípios constitucionais e no juramento que orienta a atuação profissional dos Economistas, em especial o compromisso de contribuir efetivamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Esta revista é, portanto, mais do que um registro institucional. É um convite ao diálogo, à escuta qualificada e à ação transformadora. Economistas, gestores públicos, estudantes, lideranças sociais e empresariais e todos os que se dedicam à construção de um Brasil mais justo encontrarão nestas páginas ideias e propostas que visam fortalecer nossa soberania, ampliar a inclusão e garantir prosperidade da nossa sociedade.

Espero que este material inspire debates, ilumine decisões e contribua para a formulação de políticas públicas comprometidas com a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável.

Odilon Guedes Presidente do Corecon-SP

Foto: Acervo Corecon-SP



Economista, Mestre em Economia PUC/SP, especialista em orçamento público. É presidente do Corecon-SP e coordenador da campanha “Orçamento Público e Transparência Popular”. Autor do livro “Orçamento Público e Cidadania”. Foi professor na FAAP e nas Faculdades Oswaldo Cruz e professor convidado na FGV-SP e na EACH/USP. Foi Presidente do Sindecon-SP, Conselheiro federal no Cofecon, Vereador e Subprefeito da cidade de São Paulo.

Repensar o papel do Estado sob uma ótica pragmática

Esta discussão é histórica. Thomas Hobbes, no *Leviatã*, assumiu que os seres humanos, em seu estado natural, são egoístas e, portanto, o conflito é uma tendência. Para ele, o Estado tem como missão: manter a ordem e evitar o caos. De outro lado, Jean-Jacques Rousseau, no *Contrato Social*, a partir de uma visão mais otimista, defendeu que o Estado deve ser uma expressão do interesse coletivo, ao passo que é um meio para alcançar a igualdade e a liberdade.

Governos conservadores ou progressistas usam os instrumentos estatais permanentemente para atingir os seus objetivos. É necessário aqui destacar que esse papel foi, e continua sendo, fundamental para o desenvolvimento social e econômico em nosso país e no mundo. No Brasil, sabemos de sua importância na industrialização e no desenvolvimento nacional. O pragmatismo precisa ser levado em conta, para além das narrativas.

Na década de 1940, o governo Getúlio Vargas convidou o setor privado para criar Companhia Siderúrgica Nacional - CSN. Com a negativa desse setor, o Estado brasileiro, por meio de financiamentos, investiu na criação dessa empresa que foi fundamental para a industrialização. Na década de 1950, houve a criação da Petrobrás, do BNDE, de infraestrutura de estradas e hidrelétricas culminando com o Plano de Metas do período JK - 1956/1960 que elevou de patamar o desenvolvimento nacional. Na década de 1970 foi gerado o II PND, que avançou na implantação da indústria petroquímica e, em outros ramos industriais, como na exploração do petróleo e nas energias alternativas visando complementação da matriz industrial.

O agronegócio teve, e continua tendo, o apoio decisivo do Estado, como foi com a criação da Embrapa e os bilhões de reais de seu orçamento investidos em pesquisas para esse setor. O Banco do Brasil, por meio do Plano Safra, disponibilizará R\$ 400 bilhões, em 2024/2025, grande parcela com juros subsidiados.

A Embraer, hoje a terceira indústria de aviação do planeta, foi criada pelo Estado brasileiro e o BNDES, um dos maiores bancos de fomento do mundo, tem um papel fundamental no financiamento das exportações de seus aviões. E mais, centenas de bilhões de reais do orçamento público são direcionados como subsídios para os mais diversos setores industriais e de serviços.

É necessário destacar que 160 milhões de brasileiros não têm plano de saúde, dependendo do SUS.

Isto é, recorrem ao Estado para tratar de sua saúde, conforme o contrato social definido em nossa Constituição no Art. 196. Mais de 80% de quem estuda no Brasil antes de alcançar a universidade frequentou escolas públicas e 95% das pesquisas são feitas em universidades e instituições públicas, e os programas de transferência de renda são decisivos para melhorar a difícil qualidade de vida de dezenas de milhões de brasileiros.

Esse papel do Estado também é exercido nos mais diversos estados capitalistas. Um dos exemplos mais emblemáticos do Estado como catalisador de inovações radicais, com todas as externalidades positivas atreladas, talvez seja o programa espacial da NASA que levou o homem à Lua, trazendo-o de volta à Terra “em segurança”.

A missão Apollo foi resultado do esforço estatal, no qual o governo dos EUA tomou para si os riscos que o setor privado não estava disposto a assumir, devido às incertezas envolvidas.

O Pentágono, DARPA, o Departamento de Energia, os Institutos Nacionais de Saúde promovem e desenvolvem pesquisa científica e tecnológica nas fases mais arriscadas do P&D, que depois são utilizadas pelo setor privado. A internet, o GPS, os smartphones são alguns exemplos desta abordagem pragmática.



Foto: Adobe Stock

Ainda sobre o papel estratégico de estímulo ao desenvolvimento e estabilização em momentos de turbulência, mais recentemente, pode-se citar os dados da Agence Française de Développement de 2018 que apontam a existência de cerca de 450 bancos públicos no mundo com capitais de US\$ 11,2 trilhões com investimentos nas mais variadas áreas da economia. Na crise de 2008, o Estado americano investiu trilhões de dólares para salvar o sistema financeiro, o mesmo aconteceu na Europa. No Brasil, estima-se em R\$ 350 bilhões, os aportes para essa finalidade.

O governo Biden lançou várias iniciativas para uma política industrial e de ciência e tecnologia (Infrastructure Investment and Jobs Act-IIJA; Creating helpful incentives to produce semiconductors and Science Act-CHIPS; Inflation Reduction Act-IRA) mobilizando US\$2 trilhões em 10 anos. Além disso, investiu mais US\$ 6 bilhões na área de semicondutores. Elon Musk recebeu bilhões de dólares do governo da Califórnia para desenvolver suas indústrias e o Estado americano acabou de exigir que a chinesa Byte Dance, dona da TikTok, venda-a para empresas americanas.

Já no final de seu mandato, depois de ouvir um comitê de especialistas em segurança nacional e comércio, Biden acabou por impedir a aquisição da US Steel pela japonesa Nippon Steel, pois, mesmo sendo um negócio privado, entende que a indústria siderúrgica é estratégica para a economia e a soberania dos EUA.

Na União Europeia e no Japão as ações do Estado não são diferentes. Na Europa um consórcio de países está investindo cerca de € 6 bilhões na criação de indústria estatal de semicondutores para diminuir a dependência da China.

O governo japonês, por sua vez, aprovou no dia 22 de novembro passado um pacote de estímulo de US\$ 140 bilhões para reforçar o poder de compra e impulsionar o crescimento econômico daquele país.

Poderíamos continuar citando centenas de exemplos no Brasil e no mundo sobre a ação do Estado. Diante desses fatos incontestáveis, o Corecon-SP acentua que é necessário adotar uma abordagem pragmática sobre o papel do Estado. Um exemplo claro neste sentido é a relevância da regulação e das políticas públicas no combate à mudança climática, sobretudo por conta do papel que o país exercerá ao sediar a COP-30, na Amazônia, neste ano. Isso não significa deixar de apontar os erros de sua ação e os caminhos para superá-los. É necessário debater também a total transparência do orçamento público, que é o coração do Estado, desde sua elaboração e sua execução.

Devemos defender um Estado que não seja mínimo nem máximo, mas adequado para desenvolver suas funções, controlado pela sociedade e que contribua, por meio das políticas públicas e dos investimentos necessários e suficientes, para materializar o Art. 3º, inciso III da Constituição Federal, onde está definido:

“

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”



Documento 2 - Março 2025

Os limites da política monetária: consequências para a economia brasileira

Desde a adoção do tripé macroeconômico, em 1999 – câmbio flutuante, meta de superávit primário e meta de inflação –, o controle da inflação passou a receber maior atenção de todos os agentes econômicos. Nesse contexto, a taxa de juros básica da economia, a Selic, ganhou centralidade. No entanto, a utilização recorrente e quase que exclusiva desse instrumento, sem considerar as causas estruturais e conjunturais da inflação, desencadeia uma série de problemas para a sociedade brasileira.

Um dos efeitos negativos de uma taxa Selic muito elevada é o impacto sobre a trajetória da dívida pública, uma vez que as expressivas despesas com juros têm sido o principal fator a impulsionar o aumento do endividamento e a deterioração da percepção sobre o risco fiscal. Em 2024, os gastos com juros atingiram R\$ 950 bi, contribuindo para um déficit nominal de R\$ 998 bi.

Comparativamente, em 2024, foram despendidos R\$ 193 bi, em Saúde, e outros R\$137 bi, em Educação. A soma dessas duas rubricas equivaleu cerca de 1/3 da despesa com juros. Para 2025, projeta-se um custo de juros superior a R\$ 1 tri, restringindo os investimentos e perpetuando a pressão sobre o Orçamento Público. Como resultado, a política monetária tornou-se um perverso mecanismo de concentração de riqueza, num País que já é extremamente desigual.

As taxas de juros e de câmbio, bem como o salário real, formam os chamados macropreços – parâmetros que impactam significativamente a estabilização da economia. A gestão equilibrada dessas variáveis é central para evitar ciclos de euforia seguidos de crises,



ambos prejudiciais ao desenvolvimento econômico sustentável. A inflação pode ter diversas origens, como o aumento da demanda, a escassez/choque de oferta - muitas vezes resultante de crises climáticas -, a desvalorização cambial e a inércia inflacionária, esta decorrente da indexação de preços e salários.

Na última ata do Banco Central (BCB), aquela que justificou o mais recente aumento dos juros, os principais fatores para a elevação do IPCA foram: alimentação no domicílio (8,22%), inflação de serviços (4,77%), bens industriais (2,89%) e preços administrados, como a gasolina (alta de 9,70%). Curiosamente, os bens industriais, que ajudaram a conter a inflação em 2024, foram incluídos na explicação do BCB, apesar de sua variação ter ficado abaixo do centro da meta.

A alta dos preços dos produtos industriais reflete, em grande parte, os impactos da desvalorização do real. Para mitigar essa dependência de bens e insumos cotados em dólar, torna-se fundamental avançar na neoindustrialização, fomentando a participação do Brasil como protagonista nas cadeias globais de valor. Assim, as seis missões da Nova Indústria Brasil (NIB), que buscam fortalecer a competitividade sistêmica, fomentar a geração de emprego e renda, além de incentivar pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, devem ser perenes. É fundamental que esta política seja encarada como uma estratégia de Nação e, portanto, de longo prazo.

Em relação ao câmbio, nosso País possui reservas substantivas e, nesse campo, o Banco Central precisa estar atento no sentido de fazer intervenções pontuais para evitar uma desvalorização cambial que possa impactar os preços de produtos e insumos importados que resultam no aumento da taxa de inflação.

Retomando o tema principal, o maior impacto inflacionário veio da alta dos preços dos alimentos, influenciada por fatores climáticos, como as secas e as enchentes, além do ciclo do boi, que afeta a oferta de carne. Nessas situações, o aumento da Selic tem pouca ou nenhuma eficácia, pois os juros elevados não reduzem o preço dos alimentos nem alteram as condições climáticas.

Ao contrário, aumenta o custo do capital para todos e isso vai ser repassado aos preços. O sacrifício da redução da inflação recai sobre toda a sociedade, especialmente para os tomadores de recursos financeiros.

Diferentemente das soluções provisórias que têm sido propostas, a pressão dos alimentos sobre a inflação exige medidas estruturais voltadas ao longo prazo. A criação de estoques reguladores, como fazem os governos dos EUA e da China, permitiria ao Brasil suavizar as variações sazonais e as crises de oferta. Além disso, a maior cobertura de seguros para o setor rural poderia proteger produtores e garantir estabilidade neste mercado.

Historicamente, o Plano Safra, com recursos de R\$ 400 bilhões na última edição, desempenha papel crucial na sustentação do setor agropecuário. Entretanto, em cenários de alta volatilidade, a importação temporária de alimentos pode ser uma alternativa estratégica. Outra proposta, sabidamente polêmica, seria a criação de impostos sobre exportações de commodities para garantir oferta suficiente ao mercado interno.

Vale destacar, o Banco Central baseia suas decisões de política monetária em expectativas de inflação captadas pela pesquisa Focus, realizada com 170 instituições, majoritariamente do setor financeiro. Notavelmente, apenas três federações industriais (FIERGS, FIEMG e FIRJAN), além da CNI, participam do levantamento, enquanto há banco que contribui duplamente. É importante estudar melhor esse viés informacional que advém deste levantamento, já que ele é determinante para a decisão do Comitê de Política Monetária (COPOM), pois apenas a questão reputacional não parece ser suficiente para afastar outros interesses não tão republicanos que possam estar intrinsicamente presentes.

Faz-se necessário que outros setores da economia além do financeiro como industrial, de serviços e trabalhadores sejam ouvidos. A pesquisa Firmus do BCB, ainda em sua fase piloto, é uma excelente iniciativa, mas longe de ser suficiente. Na realidade, é forçoso reconhecer que a sempre alegada questão fiscal tem uma importância mais limitada, do que aquela alegada por parte dos “especialistas”, para definir a paridade entre o real e o dólar, com reflexos na inflação.

Primeiro, sem nenhum novo pacote fiscal, o real foi uma das moedas que mais se valorizou em janeiro de 2025. Fatores externos e o próprio exagero especulativo de 2024 mostraram-se mais proeminentes, comparativamente. Segundo, o governo cumpriu a meta primária do orçamento com déficit de R\$ 11 bi, equivalente a 0,1% do PIB, dentro da margem de tolerância, sem que isso tenha suscitado declarações em favor de uma interrupção na trajetória de juros, por parte dos “fiscalistas”.

Como se vê, a questão fiscal não é a panaceia. Isso não significa dizer que a responsabilidade fiscal deva ser negligenciada. Ao contrário, é essencial combater os desperdícios, a sonegação, a corrupção, as desonerações sem contrapartidas aferíveis e as ineficiências. No mesmo sentido, é fundamental trabalhar para a melhor eficiência de todo o aparato público, de forma que o contribuinte possa perceber o retorno do seu esforço a partir da qualidade na contraprestação ao seu sacrifício.

Diante desse cenário, o Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo defende um amplo debate sobre as reais causas e os efeitos da inflação, no sentido de compreender os instrumentos mais adequados para seu controle. É basilar buscar soluções, baseados no Art. 3º Inciso III da Constituição Federal que ajudem a superar as desigualdades socioeconômicas - uma das tristes marcas históricas do Brasil.

O Boletim Focus e o viés financeiro: quando as expectativas criam a realidade



O Boletim Focus é uma publicação semanal divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e representa o resumo da mediana das projeções do “mercado” para os principais indicadores econômicos do país. Trata-se de uma compilação de dados sobre economia, com estimativas de cerca de 160 respondentes, normalmente instituições financeiras e consultorias econômicas. Ele repercute de forma contundente nas decisões dos agentes econômicos, para além do próprio mercado financeiro.

A relevância do Focus é imensa, considerando seu impacto nas deliberações da própria autoridade monetária sobre a política de fixação da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 14,25% ao ano. Os fundamentos para a criação do Boletim Focus são diversos. Dentre eles, destacam-se o alinhamento das expectativas com os objetivos da política econômica e a redução da assimetria de informações. Todavia, pouco se debate sobre o que o Focus não é, embora pareça ser. Em primeiro lugar, ele não expressa a opinião do BCB como muitos empresários e parte significativa do público em geral são levados a crer, apenas tabulado e divulgado por ele. O levantamento explicita exclusivamente a percepção das instituições participantes.

Em segundo lugar, o Focus carrega o viés de interesse dos respondentes, majoritariamente instituições financeiras, que objetivam maximizar seus retornos, como por meio de aplicações com taxa de juros altas e baixo risco. Ressalte-se que os Títulos Públicos estão entre os principais destinos das aplicações dessas instituições financeiras e que, além de terem o menor risco do mercado brasileiro e elevada liquidez possuem suas remunerações atreladas à taxa Selic. Logo, as pressões por mais aumentos da já elevada taxa Selic, a partir das expectativas tabuladas no Boletim Focus, por si só, já denotam um conflito de interesses.

Nesse ponto, ciente dessa implicação, o BCB, por meio da divulgação do Focus - Top 5, busca dar destaque às instituições com projeções mais próximas dos resultados efetivos posteriormente apurados. Entretanto, isso é insuficiente para mitigar o viés de interesse, pois o critério está atrelado apenas aos acertos. Não se sabe quais instituições mais erram, embora continuem influenciando as medianas e, portanto, os resultados do boletim.

Em terceiro lugar, os agentes econômicos têm sido levados a erros de interpretação e direcionamento de suas decisões devido aos recorrentes deslizos nas projeções do Focus. Considerando o primeiro e o último Relatório Focus divulgados em 2024, as estimativas variaram de 3,9% para 4,9% no IPCA; de 1,59% para 3,49% no PIB; de R\$ 5,00 para R\$6,00 no dólar; e de 9% a.a. para 11,75% a.a. na Selic. A variação entre um relatório e outro indica expressivos desacertos nas previsões. Provavelmente, parte desses erros é influenciada pelo que Arthur Schopenhauer chamou de “perversão de nossa vontade”, em seu livro A arte de ter razão. Em outras palavras, as estimativas do mercado revelam mais os desejos do que projeções fundamentadas sobre o que realmente se acredita que ocorrerá.

Há um incentivo intrínseco, quase sem risco, de grande parte dos respondentes em superestimar a inflação, com o objetivo de pressionar pela manutenção de elevada taxa Selic e, consequentemente, assegurar juros reais mais elevados na economia brasileira e garantir alta rentabilidade nas suas operações financeiras e nos seus fundos administrados.

Como está hoje, o Focus impacta as expectativas de forma positiva e negativa, mas sempre com o viés interpretativo do mercado financeiro, que tem uma presença exagerada na composição da amostra. Empresários que investiriam na economia real tornam-se mais refratários, o que afeta o crescimento econômico, os investimentos produtivos, a geração de empregos e a própria competitividade sistêmica brasileira.

Quase todos perdem, pela ausência de diversidade de agentes econômicos respondentes, diante do desequilíbrio decorrente da amostra que origina o levantamento. É necessário buscar uma forma alternativa para o bem do Brasil, pois como está, o Focus desvirtua a realidade em favor de poucos.

Nesse sentido, o Relatório Firmus é uma importante iniciativa. Porém, precisa ganhar fôlego e receber a devida atenção da sociedade, da mídia e até do próprio BCB.

Trata-se de uma pesquisa trimestral, ainda em fase piloto (já na terceira edição), cujo objetivo é captar a percepção de empresas não financeiras sobre a situação de seus negócios e em relação às variáveis econômicas que influenciam suas decisões.

Notam-se duas diferenças fundamentais, entre o Focus e o Firmus:

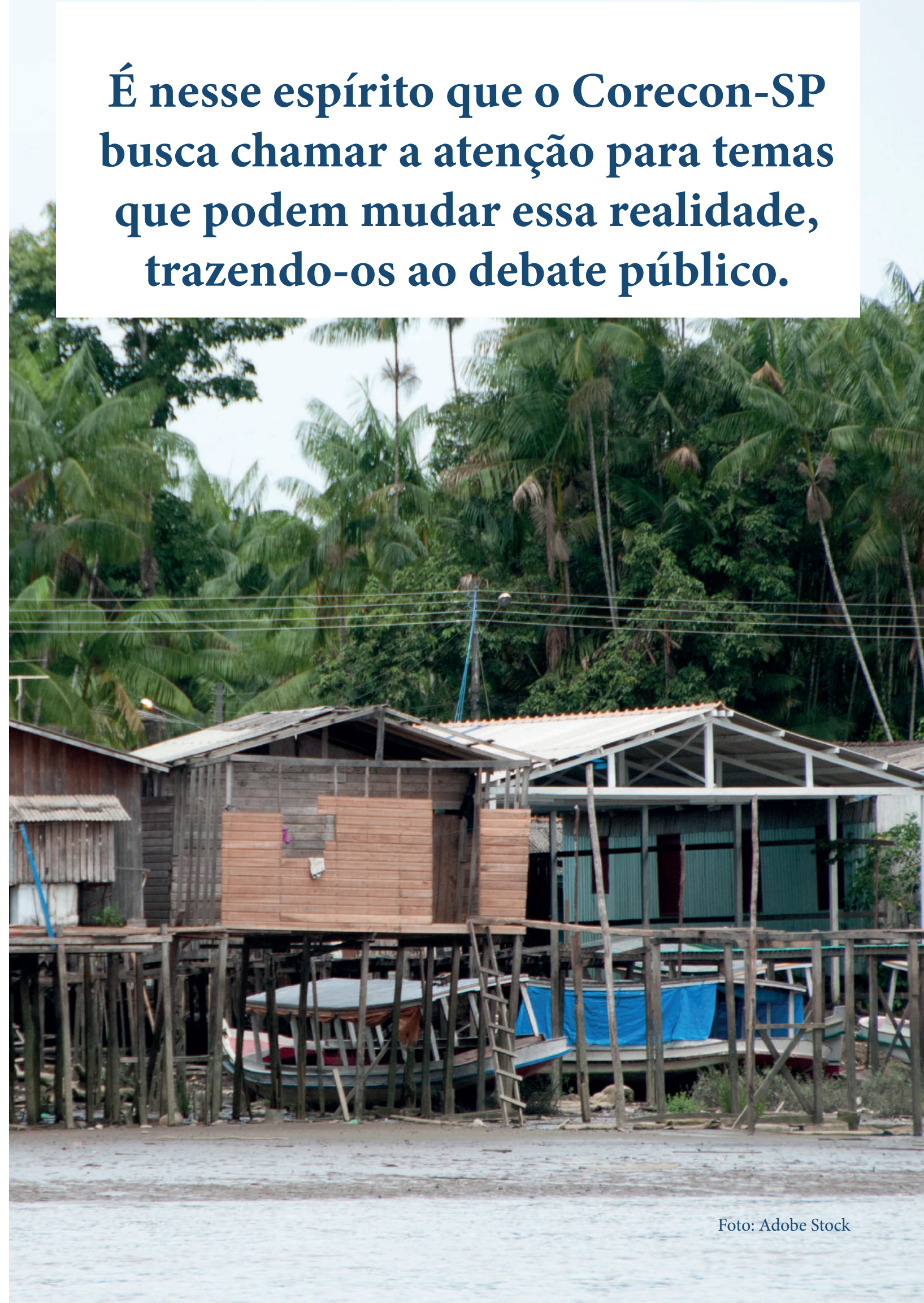
1) O intervalo de divulgação do Firmus é trimestral e, portanto, não provoca turbulências de curtíssimo prazo, como o Focus; e 2) No Firmus, diversos segmentos econômicos devem estar representados, incluindo a indústria, o comércio, os serviços, a agricultura e os trabalhadores, pois todos esses atores integram a economia brasileira.

A economia não é uma ciência exata. As expectativas formam as decisões e essas têm efeitos práticos na vida econômica e social dos brasileiros. Está desbalanceada a atenção que a autoridade monetária dispensa ao Focus, em detrimento do Firmus. Embora o sistema financeiro seja fundamental para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país, ele não deve ter o monopólio na formação das expectativas dos agentes econômicos.

É preciso ouvir os múltiplos setores da sociedade, devidamente qualificados para o debate.

Nesse sentido, o Corecon-SP acredita que essa é uma das matérias mais relevantes da atualidade - sobretudo diante da insuportável taxa de juros reais imposta à sociedade brasileira, com efeitos deletérios ao artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal, que representa aspectos fundamentais do pacto social do país. O Focus, como está, servindo para justificar “tecnicamente” juros reais cada vez mais elevados, é contraproducente na busca por erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

É nesse espírito que o Corecon-SP busca chamar a atenção para temas que podem mudar essa realidade, trazendo-os ao debate público.



O Brasil que devemos construir

Foto: Pexels

Com vistas a colaborar e estimular os debates sobre o Desenvolvimento Brasileiro, que já estão em andamento no governo federal, como a Estratégia Brasil 2050: união, desenvolvimento e sustentabilidade; nas elaborações em andamento nas entidades empresariais e nas centrais sindicais de trabalhadores; diante das atribuições conferidas legalmente ao Conselho Regional de Economia de São Paulo, produzimos mais este posicionamento, que se soma aos três já lançados anteriormente e disponíveis em nossas redes sociais, baseados também no Art. 3º da CF/88, os quatro artigos tratam, em grande medida, dos mesmos objetivos da Estratégia Brasil.

Particularmente, ajudamos no diagnóstico de “que país somos hoje” e como devemos endereçar os temas para elevarmos o patamar de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Há uma grave crise internacional em andamento, com desdobramentos imprevisíveis, que podem definir uma nova ordem internacional. Neste sentido, o Brasil não deve se colocar como ator coadjuvante, mas como protagonista, considerando o tamanho de nossa economia e população, por conter cinco biomas que vem sendo afetados pela mudança climática global, pelo nosso potencial de produção de energia alternativa e limpa, pelo nosso papel como provedor de alimentos e matérias primas para todo o mundo, pela nossa capacidade e vontade de integrar o novo paradigma científico e tecnológico da 4ª. Revolução Industrial e pela nossa longa experiência em políticas sociais inovadoras, como o SUS, o Bolsa Família, entre outras.

O Brasil encontra-se, mais uma vez, diante do imperativo de definir os rumos de seu processo histórico. Trata-se de uma encruzilhada decisiva, ou prosseguimos a reprodução de um modelo de desenvolvimento periférico, fragmentado, excludente e predatório ao meio ambiente ou ousamos construir um projeto nacional capaz de articular crescimento com justiça social, soberania com integração solidária, e modernização com identidade cultural e sustentável em suas várias dimensões.

O padrão atual de crescimento revela seu esgotamento: uma economia com grandes problemas estruturais, dependente de fluxos externos voláteis, incapaz de sustentar um dinamismo consistente. A desindustrialização precoce, a regressão da estrutura produtiva, o aumento das desigualdades e a degradação ambiental configuram uma crise de civilização em escala nacional.

Já não se trata apenas de discutir políticas econômicas, mas de repensar a inserção do Brasil no mundo e seu projeto de sociedade.

Nesse contexto, impõe-se um novo ideário de desenvolvimento, ancorado em cinco pilares: a sustentabilidade ambiental, como condição da própria continuidade da vida; a inclusão social, como expressão da democracia substantiva; o planejamento estratégico, como instrumento de racionalidade operativa; a reestruturação produtiva com inovação e reindustrialização verde, como caminho para a autonomia; e uma cultura política de cooperação federativa e participação cidadã, como base na legitimidade social e política.

Um projeto de tal envergadura não pode ser realizado com medidas paliativas. Ele requer a reestruturação das instituições de desenvolvimento, fortalecendo o Estado empreendedor, o sistema nacional de ciência e tecnologia, a coordenação entre os setores público e privado, e a integração estratégica dos territórios. O desenvolvimento é um processo endógeno e cumulativo, que exige visão de longo prazo e vontade política comprometida com o bem comum.

A infraestrutura nacional - urbana, rural, digital, educacional, logística, energética - deve ser resgatada como alicerce do desenvolvimento. Não como um somatório de obras, mas como expressão concreta de um projeto integrador. As cidades precisam ser pensadas como espaços de cidadania, e o campo como território de dignidade produtiva.

Saneamento, mobilidade, habitação, irrigação, conectividade - tudo isso são expressões de um projeto de nação.

Na esfera produtiva, é preciso desenvolver nossa estrutura industrial em novas bases ecológicas e tecnológicas. A reindustrialização verde é mais do que uma pauta ambiental, é a principal via para recuperar a capacidade de gerar valor agregado, emprego qualificado e autonomia decisória. A bioeconomia, a transição energética, a indústria 4.0 e as cadeias produtivas regionais devem ser articuladas em torno de políticas industriais ativas e de um sistema robusto de ciência e inovação. Essa estrutura industrial deve promover o encadeamento de produtividade entre os setores de bens de capital e de bens de salário, de forma a propiciar efetivo crescimento do salário real no tempo.

A política macroeconômica deve deixar de ser simples administradora de expectativas para tornar-se instrumento de transformação estrutural. A estabilidade é um meio, não um fim. É necessário que a política fiscal e a monetária estejam subordinadas às metas de investimento, emprego e diversificação produtiva. Isso requer uma reforma tributária, que não apenas trate da simplificação do sistema de tributação sobre o consumo, mas também da tributação sobre a renda, com caráter progressivo e distributivo. É imperativa também uma detalhada revisão dos gastos tributários, segundo critérios de justificação de sua realização, manutenção por tempo determinado e da avaliação anual dos seus resultados. O Estado deve ter instrumentos e recursos para atuar como indutor do desenvolvimento.

No plano internacional, o Brasil deve assumir sua condição de país-chave na construção de uma nova ordem mundial. O Sul Global emerge como espaço de afirmação de alternativas, e o Brasil pode ser elo entre continentes que compartilham desafios de soberania, tecnologia e inclusão com distribuição de renda. O fortalecimento dos BRICS, a articulação com a África, a Ásia e a América Latina, e a defesa de uma governança global orientada à justiça ambiental e social são partes de um mesmo horizonte.

A América Latina, em particular, deve deixar de ser apenas um mercado e tornar-se uma comunidade atrativa ao investimento e aos talentos em todas as áreas do conhecimento. O Mercosul precisa ser reconfigurado como um núcleo de cooperação, com integração produtiva, redes regionais de ciência e tecnologia, e políticas comuns de infraestrutura e desenvolvimento humano.

O desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo avanço dos indicadores macroeconômicos. Ele deve ser percebido na vida cotidiana: na escola que funciona, no posto de saúde que acolhe, no alimento na mesa, nos cuidados à família em todo o ciclo de vida dos seus membros, no tempo livre para o lazer e a cultura.



Foto: Pexels

A centralidade do bem-estar é condição de legitimidade de qualquer transformação duradoura. Para isso, este projeto se desdobra em três conjuntos básicos de resultados.

O primeiro visa erradicar a pobreza extrema, universalizar o acesso digital nas escolas, dobrar os investimentos em ciência e inovação, e garantir uma matriz energética majoritariamente renovável.

O segundo conjunto busca reduzir as emissões em 70%, eliminar o déficit habitacional urbano, consolidar polos industriais verdes e universalizar o acesso à educação de qualidade.

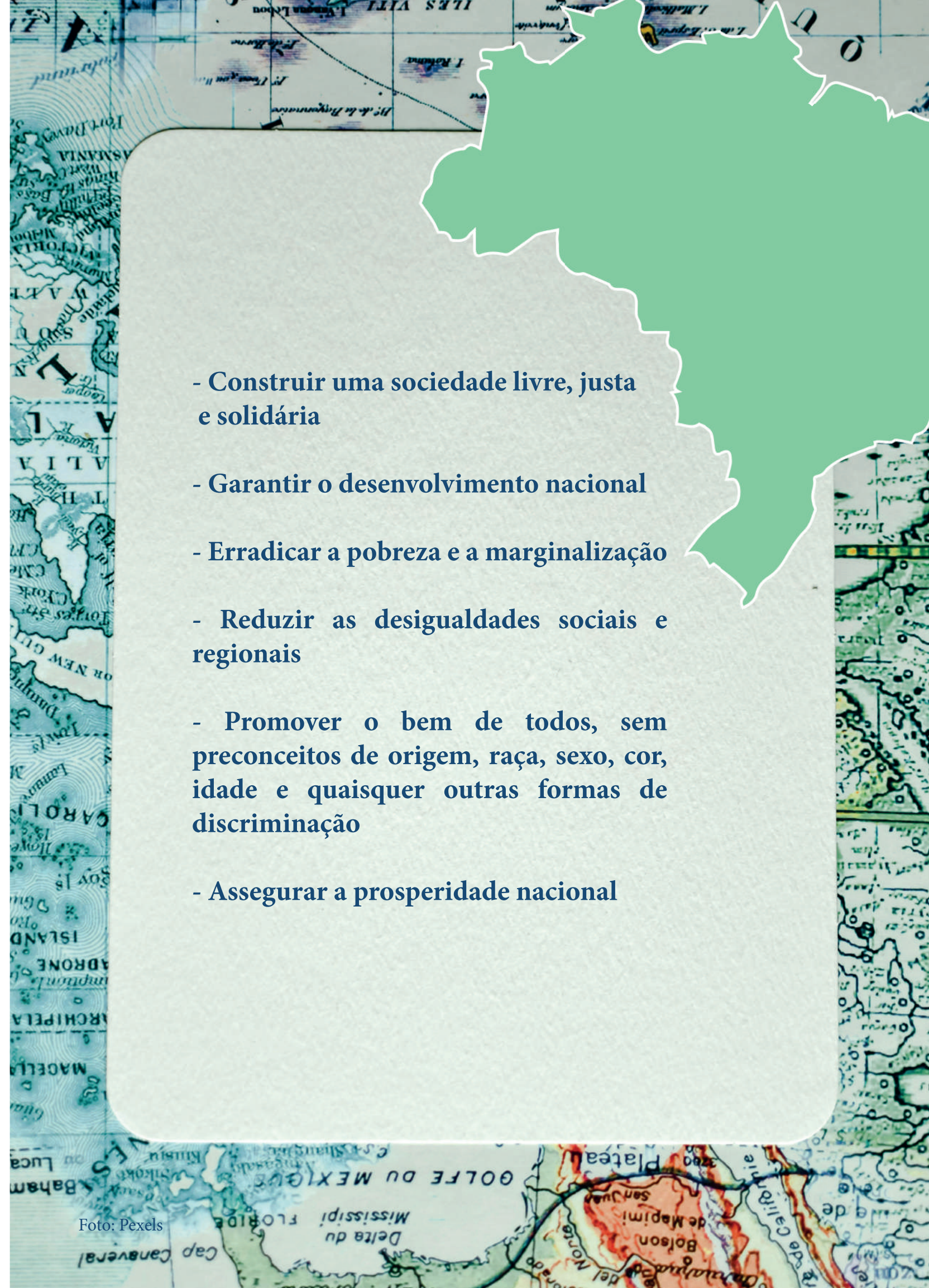
O terceiro conjunto busca alcançar a neutralidade de carbono, erradicar a pobreza estrutural e transformar o Brasil em referência em bioeconomia, inovação inclusiva e distributiva e cooperação regional. Estes resultados têm dimensões temporais distintas que não são excludentes entre si e certamente as ações para atingi-las estarão sobrepostas, mas com maturidades distintas.

Este chamado não é um fim, mas uma conclamação à ação. O desenvolvimento é, antes de tudo, um ato de coragem e imaginação histórica. O Brasil pode mais - se recuperar a capacidade de se pensar como Nação. A América Latina pode mais - se for tratada como espaço de construção solidária. O Sul Global pode mais - se romper com os termos da dependência. E o futuro pode ser mais - se for guiado por destemor, memória e projeto.

O Corecon-SP está debatendo com várias entidades empresariais e de trabalhadores este chamado à ação pelo desenvolvimento do país e sua nova inserção internacional. Faz isso tendo como guia a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 3º, estabelece como objetivos da República Federativa do Brasil os seguintes:



- Construir uma sociedade livre, justa e solidária
- Garantir o desenvolvimento nacional
- Erradicar a pobreza e a marginalização
- Reduzir as desigualdades sociais e regionais
- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação
- Assegurar a prosperidade nacional



A necessidade da neoindustrialização diante dos desafios geopolíticos modernos



Foto: Freepik - DC Studio

O Brasil sofreu nas últimas décadas um grave processo de desindustrialização. Nos anos de 1940, quando estava em pleno desenvolvimento o Processo de Substituição de Importações, iniciado na década anterior, durante o governo Getúlio Vargas, a indústria respondia por cerca de 40% do PIB brasileiro. Hoje, essa participação caiu drasticamente para cerca de 14%.

Nesse contexto, e considerando que em maio tradicionalmente se celebra o “mês da indústria” no Brasil, o Corecon-SP vem tratar desse tema fundamental para Economia e sublinhar a necessidade de se recuperar o legado de figuras históricas que pensaram profundamente sobre o papel da indústria no desenvolvimento nacional.

Entre elas, destaca-se Roberto Simonsen, engenheiro industrial, Presidente da Fiesp, que travou um debate histórico com o economista Eugênio Gudin, nos anos 1940, sobre os rumos que o país deveria tomar. Esse embate permanece vivo, especialmente à luz do processo recente de desindustrialização e dos desafios enfrentados pela economia brasileira atualmente.

O debate Simonsen-Gudin simboliza dois projetos distintos de nação. Simonsen, representante dos setores industriais, defendia que o Brasil deveria apostar decididamente na industrialização como caminho para o progresso econômico e social, um processo que não aconteceria espontaneamente, mas que exigia planejamento, políticas públicas e ação coordenada entre Estado e iniciativa privada. Já Gudin, identificado com uma visão liberal, acreditava que o desenvolvimento deveria ser guiado pelas forças do mercado, com um Estado mínimo e restrito, limitando-se a garantir as condições básicas para o funcionamento da economia.

Hoje, décadas depois, o Brasil enfrenta os impactos de um longo ciclo de políticas liberalizantes que contribuíram para a desindustrialização precoce, a perda de protagonismo político da indústria e a crescente vulnerabilidade da economia nacional frente a choques externos.



Foto: Adobe Stock - Johannes

A desindustrialização começa com o Plano Collor, a partir da abertura precipitada da economia, sem estratégia clara para embasar aquele processo, enquanto a política neoliberal avançava pelo mundo. Posteriormente, com a adoção do Plano Real, houve o aprofundamento da primarização da economia brasileira, fruto da exacerbada e artificial valorização da moeda nacional em relação ao dólar, baseada na chamada âncora cambial.

Enquanto os setores agrícola e financeiro passaram a ocupar o centro das decisões econômicas e políticas, a voz da indústria se tornou secundária. É importante dizer que o Brasil não precisa abdicar de ter um sistema financeiro sólido ou uma agricultura pujante para ter uma indústria competitiva. É possível conciliar um projeto de desenvolvimento centrado na descarbonização, sobretudo por conta das vantagens comparativas ambientais presentes. Falta uma estratégia de Estado que perpassasse governos.

A neoindustrialização não é apenas um movimento econômico, mas uma escolha estratégica, essencial para construir soberania nacional, gerar empregos qualificados e aumentar a capacidade tecnológica do país. Mais do que isso, está centrada na questão ambiental, pautada teoricamente por missões que, no limite, ajudam a redefinir o país, tornando-o mais igualitário e capaz de prover as necessidades de sua população, com soberania e inclusão social, distribuição de renda, sem ultrapassar os limites da natureza.

Cabe destacar que o Prêmio Nobel de Economia de 2001, Joseph Stiglitz, em visita ao Brasil em 2023, mesmo com a taxa de juros Selic 1 p.p. abaixo da atual, disse que esse patamar era “chocante” e equivaleria a “pena de morte”. A manutenção prolongada de juros elevados, desde a abertura comercial abrupta dos anos 1990, aprofundada a partir da instituição do Plano Real, a ausência de políticas industriais consistentes e a marginalização das vozes industriais no debate econômico não são fruto do acaso. São resultado de decisões políticas e escolhas feitas ao longo de décadas - opções que enfraqueceram a capacidade do país de competir em setores industriais, capazes de espraizar externalidades positivas.

A desindustrialização tornou-se um problema de segurança nacional, pois um país com um território continental de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e uma população de mais de 210 milhões de habitantes não pode prescindir, em hipótese alguma, de ter uma base industrial forte, permanente, com alta tecnologia para atender aos interesses de sua sociedade.

Foto: Adobe Stock - Johannes

Não podemos depender exclusivamente de gerar divisas a partir da exportação de bens primários, para importar os demais bens e serviços, além de tecnologia e máquinas para atender as demandas do mercado interno.

Como alternativa a isso, a partir da introdução da política industrial chamada Nova Indústria Brasil (NIB), há sinais positivos, a serem observados em maior prazo, mas que denotam o crescimento da indústria de transformação superior ao do restante da economia, em 2024.

No entanto, isso será insuficiente se não enfrentarmos os desafios macroeconômicos e estruturais que sufocam a competitividade do setor, incluindo a redução das assimetrias concorrenciais frente aos países desenvolvidos, a melhora das condições de crédito e a promoção de inovação tecnológica. Recolocar a indústria no centro da estratégia não é apenas uma questão de mercado, mas de projeto nacional.

É preciso defender a produção feita no Brasil.

Lembramos que a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China é por tecnologia, algo em que a indústria tem um papel fundamental, em parceria com as universidades e os demais atores do ecossistema da pesquisa e desenvolvimento, por meio da inovação constante. A soberania dos países passa pela capacidade de produção, pela disponibilidade e pela logística de itens críticos, como os semicondutores.

A pandemia de Covid-19 revelou uma das facetas mais duras da indisponibilidade de bens industriais. A escassez de itens essenciais, destinados à manutenção da vida, como respiradores artificiais, fez com que a estratégia de globalização fosse repensada. Essa lição não deve ser esquecida.

O Brasil precisa ousar na disputa pelo desenvolvimento e pela atração de investimentos relacionados à alta tecnologia. Em tempos de incerteza geopolítica, mudanças climáticas e transição tecnológica, a neoindustrialização verde, inclusiva e inovadora, deve ser o motor para um novo ciclo de desenvolvimento brasileiro. Mas isso exige abandonar o conformismo às crenças automáticas no neoliberalismo, reconhecer as especificidades do país e ousar pensar políticas de longo prazo.

Temos a maior biodiversidade do planeta. Segundo dados à mostra no saguão do BNDES, em sua sede, no Rio de Janeiro, o Brasil tem mais de 116 mil espécies de animais e 46 mil espécies de vegetais espalhadas por 6 biomas. Além disso, o país tem parcela significativa da água potável do mundo. Dos quase 200 países, apenas 5 conseguem combinar mais de 2 milhões de quilômetros de extensão, ter a população superior a 100 milhões de habitantes e um PIB superior a US\$ 2 trilhões. O Brasil é um deles.

Por tudo isso, o Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo acredita que concretizar o projeto de neoindustrialização, que garanta o desenvolvimento nacional, e, com isso, fortalecer a autodeterminação do povo brasileiro, tendo como base o Art. 3º da Constituição Federal, fundamenta um passo essencial para a plena materialização da soberania nacional.



Foto: Freepik - DC Studio

Os desafios fiscais do Brasil: entre a austeridade e os privilégios

A política fiscal é um instrumento fundamental da atuação do Estado. Por meio de sua definição, decide-se a origem dos recursos públicos e onde eles serão investidos. Ao discuti-la, em nosso país, deve-se ter como orientação o artigo 3º da Constituição Federal: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil” e, seu inciso III, **“erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”**.

As ideias políticas e econômicas têm merecido atenção dos economistas faz muito tempo. Ludwig von Mises (2021), na sexta lição de seu livro, relacionou essas ideias e a atuação dos grupos de pressão.

De um lado, afirmou ele: o homem não é um ser que tenha uma dimensão econômica dissociada da política. Sobre os grupos de pressão, define-os como aqueles desejosos da obtenção de privilégios às custas do restante da Nação. Essa é a estrutura que dá forma aos debates relacionados às Contas Públicas no Brasil, na atualidade. No limite, o que está em pauta é mais uma das faces do conflito distributivo, num país que está entre os dez mais desiguais do mundo.

Na retórica sobre os desafios fiscais do Brasil, é comum a apresentação de

diagnósticos técnicos que apontam para a necessidade de “ajuste”, “responsabilidade” e “eficiência”.

Essa discussão ocorre em grande parte do mundo, não é um debate restrito ao País. Cabe perguntar: quem poderia ser contrário à essa reorganização das despesas e das receitas públicas? Grande parte dos “experts” tem sugerido uma lista de itens que poderiam ajudar na reorganização das Contas Públicas. Desde já, há que se considerar o que ensinou o sociólogo Pierre Bourdieu (2011): não há ato desinteressado.

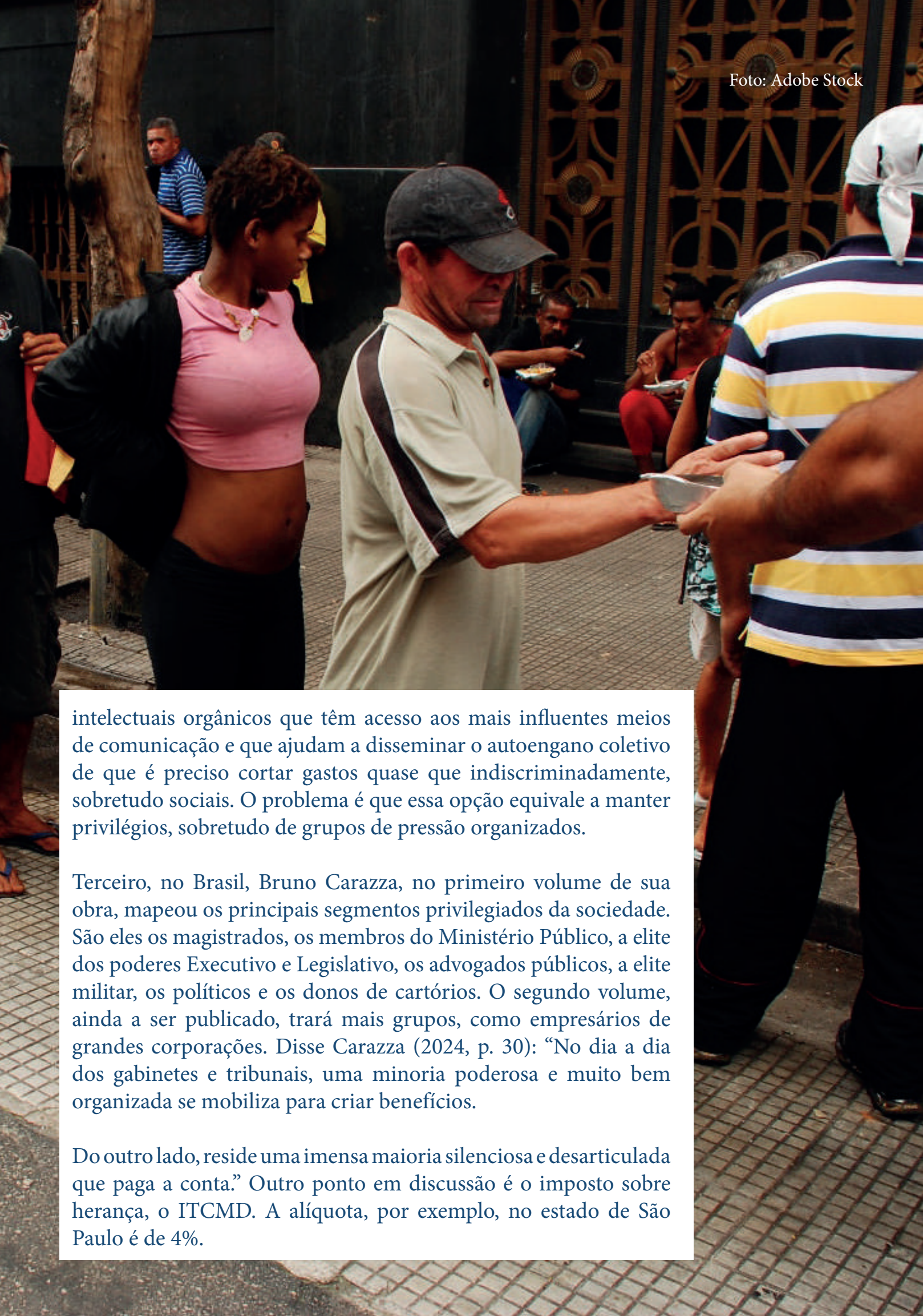
Neste contexto, este artigo não pretende exaurir o tema fiscal. A finalidade aqui é explorar os principais tópicos que devem ser considerados em qualquer tipo de endereçamento que o tópico deva ter, sem que se subjugue, como já foi referido, o Art. 3º. da CF/88, sobretudo no que se refere à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais e regionais. Ademais, é sempre bom lembrar, o Brasil, como signatário da Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas) tem como meta até 2030, reduzir as desigualdades, por meio do crescimento da renda da população mais pobre, num ritmo superior ao da média nacional.

Neste quadro é necessário destacar algumas questões. Primeiro, a austeridade é indicada sempre para os outros. Como argumenta Clara Mattei (2023), a austeridade fiscal está longe de ser apenas uma resposta racional à escassez: trata-se de uma escolha política, sustentada por uma ideologia que busca reorganizar a sociedade segundo os interesses do capital, no Brasil e no mundo.

O recente exemplo do Departamento de Eficiência Governamental (DOGE) liderado por Elon Musk e Donald Trump, lançou luz sobre a forma como a retórica da produtividade e da eficiência tem sido mobilizada para deslegitimar o papel do Estado, subordinar os bens públicos aos interesses privados e enfraquecer a democracia. A incipiente trajetória desta iniciativa revela, minimamente, o erro de diagnóstico, quando não a falácia do propósito.

Segundo, as finanças de um país são muito diferentes das de uma família, sobretudo porque essa última não emite sua própria moeda. Tem sido comum a comparação capciosa entre o orçamento de uma família e as finanças da União. Essa narrativa encontrou guarida a partir de





intelectuais orgânicos que têm acesso aos mais influentes meios de comunicação e que ajudam a disseminar o autoengano coletivo de que é preciso cortar gastos quase que indiscriminadamente, sobretudo sociais. O problema é que essa opção equivale a manter privilégios, sobretudo de grupos de pressão organizados.

Terceiro, no Brasil, Bruno Carazza, no primeiro volume de sua obra, mapeou os principais segmentos privilegiados da sociedade. São eles os magistrados, os membros do Ministério Público, a elite dos poderes Executivo e Legislativo, os advogados públicos, a elite militar, os políticos e os donos de cartórios. O segundo volume, ainda a ser publicado, trará mais grupos, como empresários de grandes corporações. Disse Carazza (2024, p. 30): “No dia a dia dos gabinetes e tribunais, uma minoria poderosa e muito bem organizada se mobiliza para criar benefícios.

Do outro lado, reside uma imensa maioria silenciosa e desarticulada que paga a conta.” Outro ponto em discussão é o imposto sobre herança, o ITCMD. A alíquota, por exemplo, no estado de São Paulo é de 4%.

Para uma visão comparativa, quando a princesa Diana morreu naquele desastre em Paris, ela deixou US\$ 30 milhões de herança para seus filhos e o governo inglês cobrou cerca de US\$ 15 milhões em impostos sobre a herança. Um outro imposto a ser considerado é o IGF (Imposto sobre Grandes Fortunas), ainda carente de regulamentação, especialmente considerando que o Brasil é um dos países que têm a renda mais concentrada do planeta.

Por outro lado, é necessário observar como o governo gasta os recursos arrecadados. Aí, identifica-se muitos dos setores privilegiados da nossa sociedade, mapeados por Bruno Carazza. Em primeiro lugar, destaca-se o pagamento de juros da dívida pública, que, neste ano, deve chegar à casa de R\$ 1 trilhão, destinados aos proprietários dos títulos públicos do País.

Além da equalização, que corresponde à subvenção destinada à agricultura por meio do Plano Safra, uma segunda área de gastos privilegiados são os subsídios às renúncias fiscais, que, segundo dados do governo, devem atingir R\$ 800 bilhões neste ano¹. Um exemplo são os setores que querem manter esses benefícios, como no caso do PERSE - programa criado durante a pandemia para determinados setores, mas que mesmo após o fim da crise, ainda é defendido por seus beneficiários. Outro ponto relevante em relação às emendas parlamentares, que hoje alcançam cerca de R\$ 50 bilhões. O Brasil é um dos únicos países do mundo, ou talvez o único, em que os parlamentares têm uma ação decisiva sobre como gastar o orçamento.

Outras áreas a serem destacadas são de setores do funcionalismo público. O salário máximo do funcionalismo é baseado na remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal, atualmente de R\$ 46.300,00.

O Poder Judiciário brasileiro é considerado, segundo informações disponíveis, um dos mais caros do mundo, com o salário de magistrados bem acima desse teto. Além disso, há situações peculiares, os chamados “penduricalhos” dentro desse Poder, que levantam enormes questionamentos.

Outro setor privilegiado no gasto público são as Forças Armadas, cujos integrantes são os únicos servidores que se aposentam com salário integral.

A revisão dos gastos públicos é inadiável, e não pode recair exclusivamente sobre quem ganha salário-mínimo. A lógica da eficiência, nesse contexto, torna-se armadilha. Exige-se que o Estado “gaste melhor”, o que na prática quer dizer “gaste menos” - ainda que isso custe saúde, educação e direitos sociais essenciais. Evidentemente, há que se buscar a eficiência do Estado, mas, com o cuidado em relação ao discurso da máquina pública

¹ Na definição da Secretaria da Receita Federal (SRF): “Gasto tributário é a renúncia de receita do governo resultante de dispositivos legais que concedem tratamento diferenciado em relação à regra geral de tributação”. Cabe aqui uma ressalva importante: a Secretaria da Receita Federal (SRF) inclui o Simples Nacional entre os gastos tributários, ignorando o fato desse regime decorrer de um tratamento constitucionalmente previsto como diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas (arts. 170, IX, e 179 da CF/88).

inchada, pois faltam servidores em várias áreas.

Para enfrentar esse cenário adverso, é preciso compreender a mensagem implícita ao discurso da ortodoxia fiscal, nem sempre republicana. A solução passa pelas despesas e pelas receitas do governo. A responsabilidade fiscal deve ser inclusiva, equilibrando contas sem sacrificar direitos. É necessária uma reforma tributária da renda que seja progressiva, o controle democrático do Orçamento e o urgente combate aos privilégios. A austeridade centrada apenas nos gastos sociais, de per si, como mostra Clara Mattei, é técnica de dominação. Trazer à tona propostas fundamentadas sobre como mitigar o conflito distributivo no Brasil é uma tarefa democrática e coletiva. É essa a intenção do Corecon-SP.

O desafio, antes de tudo, é político. Não se trata apenas de conter despesas, mas de decidir para quem o Estado deve funcionar e de que maneira dividir os custos e os benefícios atrelados. Se o crescimento econômico e a redução da taxa de juros básica estão condicionados à trajetória e mesmo à redução da dívida, é imperioso que isso se dê sem o desmonte da tênue estrutura de proteção social existente.

Do contrário, a promessa de desenvolvimento será apenas uma miragem a serviço do atraso.

Cumpre lembrar o que Noam Chomsky (1966) parafraseou sobre os temores elitistas: “Eles, assim como os jornais, sabem muito os pecados dos outros, mas não o suficiente sobre os seus próprios”. Diante dos desafios fiscais e das desigualdades estruturais do Brasil, fica evidente que o ajuste das Contas Públicas não pode ser um fim em si mesmo, mas um meio para promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Como demonstrado, a austeridade seletiva e a perpetuação de privilégios apenas aprofundam o conflito distributivo, enquanto a verdadeira responsabilidade fiscal exige coragem para reformar a tributação sobre a renda, amparada nos exemplos internacionais, e em combater os benefícios exacerbados injustificáveis de grupos organizados e, ao mesmo tempo, garantir que o Estado funcione para a maioria, e não para uma minoria singular.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

CARAZZA, Bruno. *O país dos privilégios: Volume I: Os novos e velhos donos do poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1966.

CLARA, Mattei. *A ordem do capital*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MISES, Ludwig von. *As seis lições*. São Paulo: MEDIAfashion – Folha de São Paulo, 2021.



Foto: Pexels Raphael Brasileiro

A participação e os limites do BRICS na multipolaridade geopolítica global

Vinte e cinco anos separam o surgimento do termo “BRICS” e a 17ª Cúpula do BRICS realizada em julho de 2025 no Rio de Janeiro. Nestas mais de duas décadas muitas transformações no contexto histórico e na agenda política e econômica global deram margem para que os países membros do BRICS pudessem contribuir com uma nova ordem geopolítica global. Por isso, se faz jus lembrar como isso se concebeu e como o Brasil e os BRICS corroboram o cenário político atual.

Em novembro de 2001, o economista britânico Jim O’Neill, então chefe de pesquisa econômica global da Goldman Sachs, inventou o termo “BRICS” e o mencionou pela primeira vez em um artigo¹ direcionado para investidores onde indicava que esses países teriam um crescimento econômico capaz de impactar o PIB mundial em 10 anos.

Sua análise baseava-se fundamentalmente em indicadores econômicos como taxas de crescimento do PIB, PIB per capita e tamanho populacional, mas O’Neill também considerava o potencial desenvolvimento político que tais nações poderiam exercer no cenário global. Isso seria reforçado em uma nova publicação² da Goldman Sachs em outubro de 2003 onde previsões de longo prazo foram apresentadas, mostrando que até 2050 tais economias emergentes seriam maiores do que o G6, na época composto por Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido, França e Itália.

A primeira reunião do BRICS efetivamente ocorreu em setembro de 2006, paralela à 61ª Assembleia Geral da ONU, com um encontro informal³ entre os ministros das Relações Exteriores dos 4 países (Brasil, Rússia, Índia e China) que tratou dos desafios políticos e globais da época, mas principalmente sobre a insatisfação com a distribuição de poder no FMI e no Banco Mundial, além da indisposição do G8 em incluir potências emergentes em seus encontros decisórios.

¹ Artigo “Building Better Global Economic BRICS” publicado na Goldman Sachs Global Economics Paper nº 66, disponível em <<https://www.goldmansachs.com/insights/goldman-sachs-research/building-better>>

² Artigo “Dreaming with the BRICS: The Path to 2050” publicado na Goldman Sachs Global Economics Paper, disponível em <<https://www.goldmansachs.com/insights/goldman-sachs-research/brics-dream>>

³ Reis, Maria E. Fontenele. BRICS surgimento e evolução. Editora FUNAG, Brasília, 2012, p 36.



Foto: Pexels - QL

A união entre os países do BRICS propiciou questionar e pressionar pela reforma das estruturas financeiras globais, o que se consolidou em 2008 com a crise financeira originada pelo crédito hipotecário no mercado imobiliário dos EUA que desestabilizou a ordem financeira internacional, abrindo espaço para a multipolarização no cenário geopolítico mundial⁴. Na época, as principais recomendações feitas pelos ministros das Finanças do BRICS foram acatadas pelos líderes do G20 na Cúpula de Londres de 2009, propiciando que as nações emergentes pudessem usar seus esforços para definir a agenda política.

Ademais, entre 2006 e 2009, os BRICS passaram de reuniões anuais informais para a realização da 1ª Cúpula do grupo, reforçando-os como uma entidade política em assuntos globais e aprofundando processos de cooperação ampliada. As relações bilaterais se intensificaram ao ponto de a China virar a principal parceira comercial do Brasil a partir de 2009. A China tornou-se a 2ª maior economia global em 2010, superando o Japão, e o Brasil já estava na lista dos 10 maiores PIBs do mundo. Em 2011, durante a 3ª Cúpula do BRICS, a África do Sul tornou-se membro oficial e integrou o S na sigla.

Sua entrada foi crucial para o grupo desvencilhar-se do conceito original criado por Jim O'Neil, mas também fortaleceu a narrativa da cooperação Sul-Sul, diversificando e ampliando a atuação civilizatória e continental do grupo, com base em uma parceria de respeito mútuo que abriu a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento dos países-membros.

Mesmo com regimes políticos distintos entre si, que variam entre governos democráticos e autocráticos, os países membros estabeleceram um regime rotativo

⁴ Stuenkel, Oliver. BRICS e o futuro da ordem global. Editora Paz & Terra, Rio de Janeiro, 2017, p 25-29.

de presidência anual do BRICS que garantiu avanços significativos nos processos de cooperação da entidade, garantindo o compromisso e o protagonismo de cada membro na organização das reuniões e cúpulas, bem como definição da agenda.

A cooperação intra-BRICS⁵ ocorreu em mais de 45 temas considerados relevantes para trocas e acordos estratégicos no redesenho de modelos ocidentais de governança. Os países membros uniram-se inicialmente com o desejo de reformar a arquitetura financeira global e, gradativamente, contribuíram com outras áreas, tais como saúde, agricultura, segurança nacional, estatística, academia, ciência e tecnologia, judiciário e comércio.

Em 2014, na 6ª Cúpula do BRICS, tais países deram um importante passo rumo à institucionalização da entidade, com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS e o Arranjo Contingente de Reservas⁶ (ACR/CRA em inglês), fortalecendo a cooperação intragrupo a longo

⁵ Ibid., p 94-102

⁶ Ibid., p 11-31.

prazo. Segundo a Declaração de Ufá⁷, “o NBD servirá como instrumento pujante para o financiamento de investimentos em infraestrutura e dos projetos de desenvolvimento sustentável nos BRICS e outros países em desenvolvimento e economias emergentes de mercado”, que visa a cooperação econômica utilizando novos meios para compartilhar riquezas entre si.

Com o avanço das cooperações, em 10 anos, o BRICS tornou-se um importante foro de articulação político-diplomática de países do Sul Global e de cooperação nas mais diversas áreas, permitindo a entrada de novos países membros e a recepção de países parceiros ao agrupamento.

Atualmente, o BRICS é composto por 11 países membros⁸: África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia (membros originais), Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã (novos membros incluídos em 2023 e 2024). Além disso, na Cúpula de Kazan criou-se a categoria de países

⁷ Declaração de Ufá, firmado na 7ª Cúpula dos BRICS em julho de 2015, citado o parágrafo 15, disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-u-farussia-9-de-julho-de-2015#:~:text=Ressaltamos%20a%20import%C3%A2ncia%20de%20se,53.>>.

⁸ Informações sobre os países membros e parceiros disponíveis em <<https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics>>.



Foto: Pexels - Lara Jameson

parceiros do BRICS, dando abertura para 10 países: Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã (incluídos em 2024 e 2025).

Segundo o Banco Central do Brasil⁹, os 11 países membros do BRICS representam cerca de 49% da população mundial (3,8 bilhões de pessoas), 39% do PIB global, 36% do território do planeta e 23% do comércio internacional. Ou seja, os BRICS detêm mais de 1/3 dos recursos fundamentais para a estruturação social, política e econômica do planeta.

Neste ano o Brasil ocupa a presidência do BRICS, sendo responsável por realizar e coordenar a 17ª Cúpula dos BRICS que ocorreu nos dias 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro. Considerando os desafios globais vigentes, a presidência brasileira do BRICS decidiu focar em 2 temas prioritários: a reforma da governança internacional e a cooperação do Sul Global.

Da 17ª Cúpula originou-se a Declaração de Líderes do BRICS¹⁰ indicando os principais temas e resoluções firmadas entre os 11 países membros, tais como: segurança alimentar e nutricional; financiamento climático; governança global da inteligência artificial; reforma da governança global; cooperação econômica e financeira entre os países membros; fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB); cooperação em segurança e cessar-fogo em Gaza; e parceria para a eliminação de Doenças Socialmente Determinadas; e abordou temas como desenvolvimento sustentável, a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, e o combate à corrupção. Ao estabelecer como tema central o “fortalecimento da cooperação do Sul Global para uma governança mais inclusiva e sustentável¹¹” e reafirmar que seus princípios são “o respeito e a compreensão mútua, a igualdade soberana, a solidariedade, a democracia, a abertura, a inclusão, a colaboração e o consenso”, o Brasil reafirmou junto ao BRICS sua capacidade de articulação política em prol de interesses difusos, chegando a consensos entre países com regimes políticos distintos.

Tais contribuições são essenciais para direcionar novas perspectivas para o futuro,

⁹ Dados disponíveis em <<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/brics>>.

¹⁰ Declaração de Líderes da 17ª Cúpula dos BRICS, disponível em <https://www.gov.br/mre/ptbr/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025#:~:text=16.,respeitando%20a%20soberania%20dos%20estados.>.

¹¹ Ibid., itens 1 e 2 da Declaração.

Foto: Adobe Stock



impactando na multipolaridade da governança internacional e inclusão da visão do Sul global no debate mundial nos próximos anos. A crescente retaliação comercial dos EUA evidencia que a disputa pelo poder de governança no cenário geopolítico já está polarizada e os BRICS se consolidam como um bloco estratégico para reequilibrar o poder global, historicamente dominado por países ocidentais.

Contudo, essa transição para uma nova ordem internacional multipolar apresenta desafios complexos que os BRICS terão de enfrentar até 2030. O primeiro grande desafio é a coesão interna: os países-membros possuem interesses econômicos, modelos de governança e alinhamentos internacionais bastante distintos. Manter uma agenda comum e decisões consensuais (como prevê a diplomacia BRICS) será cada vez mais complexo à medida que o grupo se expande e se diversifica.

Outro desafio significativo será o de estruturar mecanismos financeiros e comerciais próprios que reduzam a dependência do dólar e do sistema financeiro ocidental. A criação de moedas alternativas ou plataformas de pagamento independentes exige infraestrutura tecnológica robusta, segurança digital e confiança entre os membros. Além disso, os BRICS enfrentarão resistência direta de instituições estabelecidas, como o FMI e o Banco Mundial, que ainda concentram recursos e poder decisório nas mãos do G7. Isso posto, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) precisará se tornar mais eficaz e atrativo para novos membros, com capacidade de financiamento em larga escala e processos ágeis.

A governança da inteligência artificial e das tecnologias emergentes será outro campo estratégico até 2030. Diante da corrida global por inovação e controle de dados, os BRICS precisarão definir padrões éticos e modelos regulatórios que defendam a soberania digital dos países do Sul Global. Isso inclui desde a proteção contra vigilância e manipulação por potências externas, até o incentivo à cooperação científica e industrial intra-BRICS.

A arena digital global, marcada pela disputa entre sistemas ocidentais e orientais, poderá ampliar desigualdades tecnológicas e dificultar o posicionamento do bloco como referência nesse setor.

No campo climático e ambiental, os BRICS terão o duplo desafio de acelerar a transição energética justa e, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento econômico de suas populações.

A pressão internacional por metas de descarbonização pode conflitar com as necessidades de crescimento de países como Brasil, Índia, África do Sul e outros. A mobilização de recursos para financiamento verde e o acesso à tecnologia limpa são temas centrais. Será necessário que o grupo atue como voz unificada nas COPs e crie mecanismos próprios de financiamento climático, evitando imposições de países desenvolvidos.

Por fim, o principal desafio político será manter a relevância internacional sem cair em

antagonismos binários. A multipolaridade não significa automaticamente rivalidade com o Ocidente, mas sim pluralidade de centros de decisão. Os BRICS terão que exercer um papel de ponte (especialmente entre o Norte e o Sul Global) defendendo reformas em instituições multilaterais (como ONU e OMC), promovendo diálogo e articulando soluções conjuntas para crises globais, como pandemias, conflitos armados e migrações forçadas. Serão exigidas liderança diplomática, capacidade de negociação e um projeto de futuro comum que ultrapasse as assimetrias internas do grupo.

O Brasil tem um papel fundamental em todas essas nuances, considerando os recursos internos disponíveis e o interesse nacional de ampliar seu crescimento e desenvolvimento econômico e social, com base no art. 3º da CF/88, culminando com o posicionamento político e soberano do país junto aos demais países membros do BRICS. A excelência diplomática brasileira possibilita que o Brasil se posicione com base em princípios democráticos junto aos países ocidentais e transite estrategicamente por espaços de negociação com mais fluidez.

Os próximos passos na presidência do BRICS e na realização da COP 30 serão determinantes para tal direcionamento internacional.



Foto: Adobe Stock



Foto: Adobe Stock

Tarifaço: o encontro do interregno com a nova escalada da era da turbulência



Foto: Adobe Stock

A economia mundial está ameaçada por uma nova onda de protecionismo e de intranquilidade. O Brasil também sofre. A incerteza estabelecida pelo comportamento errático do presidente dos EUA pode ser tudo, menos uma surpresa.

A guerra comercial instituída por Donald Trump, que afirmou que a palavra mais bonita do dicionário é “tarifas”, está mais para sintoma do que para causa da nova desordem global.

A provável origem da tardia reação americana está no insucesso em conter o brutal avanço chinês na área industrial, sobretudo nas tecnologias disruptivas (Inteligência Artificial e eletrificação veicular em larga escala) tão fundamentais no presente quanto portadoras de futuro.

É importante contextualizar no tempo os fenômenos históricos para que se possa compreender adequadamente eventos dessa envergadura. O exemplo mais contundente dos novos tempos, mas não o único neste processo, está no segmento de Inteligência Artificial.

Embora não seja possível saber ao certo os detalhes, as informações disponíveis

apontam que: enquanto o complexo do Vale do Silício dos EUA gastou US\$ 100 milhões para desenvolver o ChatGPT, a DeepSeek chinesa afirma ter despendido US\$ 6 milhões.

Em linha, o governo Trump 2 “convenceu” a Intel (empresa fabricante de chips de computadores, dentre outros itens) a ceder 10% de sua participação acionária ao governo dos EUA, uma das maiores intervenções do Estado norte-americano numa empresa, desde o socorro às indústrias automobilísticas em 2008; uma negociação baseada na Lei dos Chips e da Ciência estadunidense.

Os reflexos geopolíticos são imprevisíveis, mas os efeitos econômicos já estão presentes. Nunca foi tão real a ameaça à hegemonia estadunidense, desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

A era da turbulência foi definida por Greenspan (2008) como um período marcado por crescimento extraordinário, inovação sem precedentes e riscos inéditos.

Essa caracterização permanece atual, mas, agora com intensidade sem precedentes. Por conta do salto tecnológico chinês, em larga escala, o propalado liberalismo, por parte do Partido Republicano, mas nem sempre praticado, saiu literalmente de cena em Trump 2 e, em seu lugar, surgiu a necessidade de intervencionismo, em diferentes frentes, para reindustrializar os EUA.

A adoção de tarifas de importação aplicadas sobre vários países e distintos produtos é um dos instrumentos da tentativa de trazer de volta ao território norte-americano as indústrias que foram buscar menores custos e maior produtividade em outras regiões do mundo, como no México, mas especialmente na China.

Resumindo: o Estado defensor do livre mercado, para além de suas fronteiras,

passou a ser sócio direto da empresa transnacional. Esse é o pano de fundo do que se sucede.

O domínio da tecnologia e o acesso a insumos estratégicos, como minerais críticos e terras raras, tornaram-se sinônimo de soberania; a ausência deles, por sua vez, representa um risco à integridade nacional. Diante de tanta incerteza, poucas coisas podem ser ditas de forma contundente. Todavia, cabe arriscar uma delas aqui:

Trump não conseguirá reindustrializar os EUA no intervalo de seu mandato, pois não é possível fazê-lo a curto prazo. A teoria econômica trata disso do ponto de vista da histerese¹.

O conceito que a economia emprestou da física, como vários outros, remete à dificuldade de uma mola, por exemplo, voltar ao seu estágio inicial depois de ser submetida por longo tempo a uma determinada força contrária. A estrutura produtiva industrial dos EUA, ao ser submetida a diferentes forças econômicas das cadeias globais de valor, precisará de tempo e de recursos abundantes para ocupar comparativamente os mesmos

¹ Para saber mais sobre histerese, vide: SILVA, Haroldo. A ilusão neoliberal da indústria. Veranópolis: Lemniscata, 2024, p. 165 e seguintes.

índices de relevância mundial que já teve no passado. É um processo de longo prazo e que atravessará governos. Isso serve para os EUA, assim como convém também para o Brasil.

Uma política industrial é um plano estratégico de Estado, não do governo de plantão. No entanto, as consequências econômicas das ações inconsequentes do atual governo dos EUA são muitas e o Brasil não está imune. É importante avaliar o tema com a devida atenção, ato por ato, mesmo que o desfecho esteja distante.

O primeiro ato da peça burlesca de Donald Trump, na guerra tarifária, teve a paradoxal denominação de “Dia da Libertação”. A contradição está no fato de que, além de não trazer liberdade para ninguém e para nada, ainda lançou cólera em escala global, inclusive com parceiros históricos dos EUA, como o Canadá e o México. O pretexto foi o de que os EUA tinham déficits comerciais com quase todos os países do mundo e isso precisaria ser reequilibrado, inicialmente por meio de tarifas.

Num primeiro momento, 2 de abril de 2025, o Brasil, que tem déficits comerciais com a “América” há 16 anos, teria ficado com a menor alíquota, que foi de 10% na oportunidade. A atribuição de alíquotas inferiores ao Brasil, em comparação àquelas destinadas a outros países, chegou a ser motivo de alívio, num primeiro momento.

Contudo, esse foi apenas o primeiro ato. No dia 9 de julho, dia no qual São Paulo comemora a Revolução Constitucionalista de 1932, movimento militarmente derrotado, mas que forçou Getúlio Vargas a instituir a constituinte no ano seguinte, o mundo conheceu o segundo ato de Trump que, como Macbeth¹, é um líder ambicioso, disposto a romper convenções para manter sua posição, manipulador e obcecado pelo poder.

Nesta oportunidade, o presidente dos EUA anunciou que os produtos brasileiros seriam taxados em 50%, a partir de 1 de agosto. A ação mostrou-se, nas justificativas, um mix de ataque à soberania nacional brasileira, da defesa dos interesses das big techs americanas e de inverdades estatísticas; tudo isso feito fora dos canais diplomáticos usuais e com o patrocínio direto do deputado federal, autoexilado, Eduardo Bolsonaro.

Particularmente, no caso brasileiro, a interferência americana ganhou contornos de ameaça ao sublinhar que as tarifas só deixariam de ser aplicadas se a “caça às bruxas” cessasse IMEDIATAMENTE, em letras maiúsculas. O presidente dos EUA fez referência ao processo penal que corre no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo qual está sendo julgado o pai do deputado, Jair Bolsonaro. A acusação que recai sobre o réu é de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, acrescida de outros crimes colaterais.

¹ SHAKESPEARE, William. Macbeth. Tradução de Bárbara Heliodora. 3. ed. São Paulo: Editora Abril, 2010.



Foto: Adobe Stock

Resumindo: Trump quer intervir diretamente nas decisões da Suprema Corte brasileira, pressionando Ministros do STF, por meio de sanções como a Lei Magnitsky e suspensão de vistos, ou indiretamente, por meio do Executivo, pressionando-o para alterar atos do STF, usando como chantagem as sobretaxas comerciais. Algo que, se aceito, seria uma aberração, conforme a Constituição brasileira.

Depois disso, o governo dos EUA, com base legal na seção 301 da Trade Act de 1974, noticiou que abriria investigação contra o Brasil por “práticas desleais”, dentre elas o pix, que compromete o rendimento das bandeiras de cartões de crédito americanas e os sistemas de pagamentos daquele país.

As sequelas coercitivas representadas pelas sanções tarifárias impostas pelo governo Trump, ou resultantes da investigação iniciada, mesmo depois de seu mandato ter terminado, sabe-se lá quando, permanecerão na relação bilateral com o Brasil por muito tempo, no âmbito da diplomacia. A resposta brasileira, por ora, foi pragmática, ao mesmo tempo que buscou deixar de lado a retaliaçãoⁱⁱ pois essa alternativa acirraria ainda mais os ânimos e, certamente, incorreria em custos adicionais à sociedade brasileira.

O Vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, foi designado pelo próprio

ⁱⁱ CNN Money. PIB do Brasil pode perder R\$ 259 bi caso retalie tarifaço, diz FIEMG. São Paulo, 21 de julho de 2025. Disponível online em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pib-do-brasil-pode-perder-r-259-bi-caso-retalie-tarifaco-diz-fiemg/> - acesso em 24 de agosto de 2025.

Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, para chefiar as negociações comerciais, o que revela a importância que foi dada ao assunto. A busca pelo diálogo ocorreu, mas as pontes nunca foram, de fato, estabelecidas, sobretudo do lado estadunidense.

Uma reunião agendada entre o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o Secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, foi cancelada e está sem data para ocorrer. A supressão do encontro foi atribuída à articulação do deputado brasileiro autoexilado naquele país. Neste intervalo, dada a legitimidade que se busca a partir do multilateralismo, a reação brasileira de levar o tema à Organização Mundial do Comércio (OMC) foi sensata, estrategicamente, a despeito de inexistir expectativa de que haja desfecho adequado a curto prazo, principalmente pela atual fragilização dos organismos multilaterais.

Em outra frente, o governo federal anunciou múltiplas medidas [em três eixos - fortalecimento do setor produtivo, proteção aos trabalhadores e diplomacia comercial] que direcionarão mais de R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) em linhas de crédito, por meio do Plano Brasil Soberano, com taxas abaixo do valor de mercado para apoiar as empresas que tiverem recuo no faturamento, por conta do aumento de tarifas estadunidenseⁱⁱⁱ.

Evidentemente, o melhor cenário seria não haver o tarifaço, principalmente por ele estar sendo praticado embasado em questões políticas e não econômicas². Contudo, diante de sua existência, cabe governo brasileiro ser hábil e buscar neutralizá-lo o quanto possível for, sem buscar confronto direto. Os consumidores dos EUA são aqueles que pagarão o sobrepreço resultante das tarifas majoradas, ao contrário do que diz o presidente Trump.

Considerando verdadeiro o que sugeriu Furtado (1978), ao afirmar que uma nação sem autonomia econômica não pode exercer adequadamente sua soberania: enquanto a diplomacia e a própria pressão interna dos EUA não forem capazes de resolver o imbróglio, especialmente por conta das dificuldades de diálogo no alto escalão dos governos, caberá ao Executivo brasileiro agir, com vistas a mitigar as consequências da retaliação política vinda dos EUA, com instrumentos econômicos de que dispõe.

A turbulência causada pela sobretaxação do Brasil no maior nível ganhou destaque em todos os meios de comunicação, evidentemente tem efeitos contrários sobre a dinâmica da economia brasileira, mas não equivale a uma recessão; talvez uma desaceleração. Em outras palavras, é algo contornável.

Objetivamente, o impacto negativo no PIB brasileiro, acerca do tarifaço, é estimado entre 0,2% e 1,5%, a depender da fonte e da metodologia. Muito embora a elevação de tarifas sobre os produtos brasileiros esteja acompanhada de uma lista de exceções de quase 700 itens, ainda há muita coisa sobretaxada. Nesta esteira, por exemplo, está a isenção de sobretaxas para aeronaves, consideradas como de interesse estratégico para os EUA.

A análise econômica deve se ater também aos detalhes, pois, se o impacto geral é restrito, baseado na macroeconomia, em determinados recortes ele é severo, sob o olhar microeconômico. Alguns estados brasileiros, cidades e empresas são altamente dependentes das exportações para o mercado norte-americano. Por isso, é necessário avaliar com atenção esses aspectos em particular. Para exemplificar, em 2024, a participação dos EUA, segundo parceiro comercial brasileiro, nas exportações do Ceará representaram 44,9% e, do Espírito Santo, outros 28,6%. Quase 50% dos produtos exportados pelo Brasil para este destino são commodities, principalmente petróleo; siderúrgicos e café. Em verdade, a lista de produtos prejudicados é vasta, mesmo diante das exceções.

Vale compreender o panorama geral, como é comum os estadunidenses dizerem nas avaliações mais complexas de cenários. A atual geopolítica global não é mais a mesma que saiu do pós Segunda Guerra Mundial, tampouco seja possível afirmar que se tem uma nova ordem mundial, apenas um longo intervalo no qual reina o caos.

ⁱⁱⁱ PLANALTO. Governo lança Plano Brasil Soberano para proteger exportadores e trabalhadores de sobretaxas dos EUA. Brasília: 13 de agosto de 2025. Disponível online em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/08/governo-lanca-plano-brasil-soberano-para-protger-exportadores-e-trabalhadores-de-sobretaxas-dos-eua> - acesso em 24 de agosto de 2025.

² THE ECONOMIST. Donald Trump's tariffs on Brazil are more bark than bite. Aug 8th 2025. Disponível online em: https://www.economist.com/the-americas/2025/08/08/donald-trumps-tariffs-on-brazil-are-more-bark-than-bite?utm_campaign=shared_article - Acesso em 25 de agosto de 2025.

As diferentes guerras em curso mostram isso. Em verdade, o cenário global está mais próximo daquilo que Bauman, Bordoni (2016) chamaram de interregno. Isto é, a velha ordem já não funciona mais, porém não há nada de novo em seu lugar.

Neste contexto, os ensinamentos de Rui Barbosa, em relação aos Estados Unidos, permanecem atuais: precisamos de uma reaproximação pragmática, com respeito mútuo e que considere os interesses das nações^{iv}

Não cabem os caprichos de personagens efêmeros, tudo isso deve ocorrer sem submissão ou subordinação, por parte do Brasil, ao arroubo hegemônico estadunidense.

Assim, compete ao governo brasileiro mitigar, quanto possível for, os efeitos das sanções americanas que assolam o Brasil, injustificadas do ponto de vista econômico, patrocinadas por aqueles que se autoproclamam patriotas, mas que, na verdade, atentam contra a Nação em benefício particular.

É importante ponderar: não se trata aqui de defender o multilateralismo sem considerar as longas relações comerciais com os EUA, tampouco a adesão à agenda chinesa de forma temerária.

Agir assim significaria apenas trocar um risco de dependência por outro. O multilateralismo deve coexistir com as

^{iv} FOLHA DE SÃO PAULO. Eduardo expôs a Bolsonaro temor com anistia light e perda de apoio de Trump. <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/brasil-hoje/2025/08/mensagens-revelam-receio-de-eduardo-de-que-apoio-de-trump-a-bolsonaro-acabasse.shtml> - acesso em 23 de agosto de 2025

agendas bilaterais próprias, dentro dos marcos da OMC, do Direito Internacional e dos tratados vigentes, sempre guiadas pelos interesses nacionais e pelo pragmatismo responsável. Na conjuntura atual, é fundamental atravessar o momento turbulento até que se restabeleça alguma normalidade.

Enquanto isso não ocorre, é preciso ter clareza de que os verdadeiros interesses a serem defendidos são os dos brasileiros - empresários, trabalhadores e a sociedade em geral. Esse esforço não cabe apenas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas a todos nós. Ter altivez é indispensável; aceitar o papel de coadjuvante do próprio destino, jamais!

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Rui. *Discursos e Conferências*. Rio de Janeiro: MEC, 1942.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. *Estado de crise*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GREENSPAN, Alan. *A era da turbulência: aventuras em um novo mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Tradução de Bárbara Heliodora. 3. ed. São Paulo: Editora Abril, 2010.

THE ECONOMIST. Donald Trump's tariffs on Brazil are more bark than bite. Aug 8th 2025. Disponível online em: https://www.economist.com/the-americas/2025/08/08/donald-trumps-tariffs-on-brazil-are-more-bark-than-bite?utm_campaign=shared_article - Acesso em 25 de agosto de 2025.

Desigualdades e distribuição de renda no Brasil



Foto: Pexels - Marcelo Moreira

A superação das desigualdades é mais do que um imperativo ético no Brasil, país de profundas e persistentes iniquidades. É também um mandato constitucional. O pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, define que é objetivo fundamental da República reduzir desigualdades sociais e regionais e promover o bem-estar de todos, sem qualquer forma de preconceito.

Esse imperativo ético também é ressaltado em grandes documentos da história. Desde a Revolução Francesa, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), as emendas à Constituição dos Estados Unidos da América (1787)¹, até a Carta das Nações Unidas de 1945, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e as Convenções da OIT, que tratam da proteção e da dignidade dos trabalhadores.

A igualdade e a justiça social têm sido uma busca permanente das sociedades modernas.

No entanto, elas ainda permanecem distantes da realidade. Isso porque o capitalismo vem se mostrando uma extraordinária máquina de produção e inovação, mas falha continuamente na distribuição da riqueza e da renda.

Não poderia ser diferente: a própria dinâmica da concorrência capitalista leva à concentração de renda e riqueza. As grandes corporações são prova dessa tendência. O mercado não é um mecanismo de distribuição, mas um estímulo ao progresso tecnológico e às inovações. Portanto, a má distribuição da renda e da riqueza não é falha do mercado: é consequência de seu funcionamento.

Os países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico que reúne os mais desenvolvidos em capacidade tecnológica e indicadores sociais, mostraram que é possível enfrentar este problema e adotam políticas distributivas há décadas. Em estudo da Cepal, alguns indicadores da OCDE revelam isso com clareza. O índice de Gini das rendas de mercado é, em média, cerca de 30% maior do que após a intervenção do Estado, via tributos e transferências².

Esse indicador nos remete à reflexão sobre o papel do Estado como agente de correção das consequências sociais e econômicas do funcionamento dos mercados. São as políticas públicas que buscam diminuir as desigualdades. No caso da OCDE, a estrutura tributária progressiva taxa mais aqueles com maior capacidade contributiva e menos os com menor capacidade contributiva. Assim, a política tributária já é um fator de redistribuição da renda.

¹ A Constituição dos EUA de 1787 não tratava de direitos sociais universais. Esses temas só apareceram em emendas posteriores e em legislações do século XX.

² A redução varia entre países – pode chegar a mais de 40% nos nórdicos e ser inferior a 10% nos EUA. O valor de 30% refere-se a uma média aproximada



Mas é evidente que isso não basta, pois o gasto público pode ser concentrador. Por isso, durante todo o pós-II Guerra Mundial, as políticas públicas desses países buscaram construir programas de bem-estar social para todo o ciclo de vida - do berço ao túmulo-, como disse Lord Beveridge.

Ao mesmo tempo, houve esforço estatal de estímulo à produtividade, por meio de políticas industriais, de ciência, tecnologia e inovação. As políticas de bem-estar social só se sustentam no longo prazo em um ambiente de crescimento econômico com aumento da produtividade sistêmica e do trabalho.

Os anos de hegemonia de políticas neoliberais, que buscaram desmontar esse legado, comprometeram o avanço do Estado de bem-estar social, mas não o destruíram. Se os países da OCDE ainda mantêm indicadores sociais e econômicos robustos, apesar da tentativa neoliberal de girar a roda da história para trás, é por causa das estruturas criadas no pós-guerra, que resistiram ao dismantelamento total, mesmo combatidas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 buscou criar os marcos legais para a construção de um Estado de bem-estar social - um pacto social sempre contestado por forças políticas que não veem uma sociedade livre, justa e solidária como futuro desejável.

Há vários motivos para isso, desde a manutenção de privilégios seculares até a visão de que o darwinismo social seria mais funcional para o desenvolvimento do país - significando que os mais fortes devem prevalecer sobre os mais fracos. Uma espécie de meritocracia perversa.

O fato é que, com todos os percalços, houve avanços nessa construção. - Na saúde, temos o SUS, universal e com imensa capilaridade, crucial durante epidemias recentes, da H1N1 à avassaladora Covid-19.

Na assistência social, o SUAS garante proteção a pessoas em alta vulnerabilidade, tendo o BPC como um de seus maiores programas. Também o Bolsa Família transfere renda a famílias em situação de miséria. A política do salário mínimo, criada nos anos 1940, vem sendo resgatada como instrumento de segurança de renda.

- Na habitação e infraestrutura, destacam-se programas como Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, o programa de cisternas do semiárido e a transposição do Rio São Francisco. No trabalho, além dos programas de capacitação do Ministério do Trabalho e do Sistema S, existem o FGTS e o seguro-desemprego, criados antes de 1988.

- Na educação, houve avanços com o Fundeb, a inclusão do ensino pré-escolar no sistema e a alimentação escolar. Apesar do aumento de gastos, a qualidade ainda enfrenta sérios desafios.

Assim, as cinco dimensões da visão original do Estado de bem-estar, formulada na Europa do pós-II Guerra, estão em evolução no Brasil, embora de forma acidentada. Temos avanços e instrumentos relevantes, mas, ainda assim, o Brasil continua entre os países de maior desigualdade de renda do mundo.

É importante considerar fatores históricos de difícil superação. Foram 350 anos de escravidão no Brasil. A marca profunda do racismo persiste e se expressa nas dificuldades de ascensão social, apesar das garantias constitucionais de 1988. **Basta observar a pirâmide de rendimentos: no topo estão os homens brancos, seguidos por mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.**

Isso ocorre em todas as regiões do país. O mesmo se reflete nos dados de desemprego. A Lei das Terras de 1850 é outro fator histórico a contribuir para a desigualdade brasileira. Esta lei estabeleceu como única forma de adquirir terras devolutas a compra, não permitindo a doação, o que inviabilizou o acesso à terra dos que não tivessem recursos e ainda exigiu o registro em cartório. O acesso à terra foi inviabilizado para ex-escravizados e agricultores pobres, mantendo o controle da terra nas mãos de grandes proprietários rurais.

As mulheres também enfrentam discriminação, agravada no caso das mulheres negras. Sofrem mais por serem negras e por serem mulheres, numa sociedade que ainda as trata como mão de obra secundária.

Seus salários são menores, os postos ocupados costumam ser subalternos, o acesso a chefias é raro e o desemprego as atinge com maior intensidade, mesmo tendo, em média, nível educacional superior ao dos homens.

Em períodos de crescimento econômico, a situação do trabalho, em geral, melhora - inclusive na distribuição. Mas sempre muito lentamente e de forma desproporcional ao avanço da economia.

Persistem muitos privilégios que reproduzem as desigualdades. É comum a afirmação de que a carga tributária brasileira é uma das maiores do mundo. Não é. A carga no Brasil (33,43%) está próxima da média da OCDE, de 33,9% do PIB³, e é menor que a da França, Itália, Dinamarca, Suécia, Finlândia ou Noruega.

O problema não é o tamanho da carga, mas sua distribuição e a forma como os recursos são gastos. Diversos estudos mostram que a carga tributária brasileira é regressiva: recai mais sobre quem ganha menos e sobre quem tem pouca ou nenhuma propriedade. E há enorme resistência dos beneficiados em mudar essa estrutura.

³ A média da OCDE gira em torno de 34–35% do PIB. Portanto, o Brasil está ligeiramente abaixo da média, e não exatamente “na média”.



Foto: Freepik

O levantamento do Ministério da Fazenda concluiu que os gastos tributários - subsídios, incentivos, isenções e renúncias - chegam a R\$ 544,47 bilhões no âmbito federal⁴. Somados Estados e Municípios, o valor pode ultrapassar R\$ 800 bilhões.

Os privilégios fiscais, em si, não são um mal, desde que incluídos em um plano de desenvolvimento que estimule setores estratégicos. Não é o que temos visto.

Esses recursos bilionários são escassamente monitorados e não resultam em ganhos econômicos ou sociais relevantes: não aumentam investimentos produtivos, nem produtividade, nem inovação; tampouco reduzem preços ou geram empregos de qualidade.

Basicamente, viram privilégios esterilizados na ciranda financeira, que concentram renda e riqueza. Outro problema estrutural é a sonegação fiscal contumaz, estimada em R\$ 500 bilhões anuais.

Além de prejudicar o financiamento do setor público, representa concorrência desleal e transfere a carga para contribuintes honestos.

Esse ciclo vicioso tem impedido o país de construir um desenvolvimento sustentável. Apenas em gastos tributários e sonegação, mais de R\$ 1,3 trilhão são transferidos anualmente para segmentos privilegiados.

O Estado gasta mais do que arrecada, endivida-se e perde recursos em uma engrenagem de acumulação espúria. Em vez de financiar crescimento, inovação, empregos e preços estáveis, esses mecanismos alimentam uma dívida pública que cresce por causa dos juros reais elevados (estimados em mais de 10% ao ano, conforme o Boletim Focus), do baixo crescimento e da evasão tributária.

Os privilégios, como instrumentos de reprodução de uma sociedade desigual, devem ser foco do debate econômico.

⁴ As estimativas variam conforme metodologia e fonte (Receita Federal, Tesouro, Sindifisco).

Temos que a diferença de rendimento médio dos 1% mais ricos em relação aos 50% mais pobres é de 36,2 vezes.

Em países como Alemanha e Suécia estes valores estão em torno de 12 vezes. As nossas políticas públicas caminham no sentido correto, mas há ainda privilégios exorbitantes em várias áreas, que precisam ser revistos ou extintos.

A atual estrutura tributária brasileira onera demasiadamente bens e serviços e proporcionalmente pouco a renda e o patrimônio, fazendo com que o peso seja maior sobre aqueles que gastam suas economias com a subsistência, pois gastam quase tudo o que ganham.

A reforma tributária, que começou pela vertente do consumo, tende a tratar desse tema, mas a regulamentação e a fase de transição mostrarão se ela será efetiva.

Uma democracia saudável exige que a lei seja igual para todos, sem benefícios extravagantes para os privilegiados e com permanente monitoramento daqueles concedidos para estimular setores estratégicos e apoiar segmentos vulneráveis da população.



Foto: Pexels - Sandro Vox

O Trabalho e a Reconstrução do Desenvolvimento Brasileiro



O Brasil volta a se deparar com um dilema histórico recorrente: como crescer, incluir e proteger o trabalhador num mundo em transformação acelerada.

As estatísticas recentes de emprego formal indicam recuperação, mas escondem uma realidade mais complexa — a de um país que cresce, mas que não assegura plenamente as condições de dignidade no trabalho. A criação de vagas, concentrada no setor de serviços e em atividades de baixa produtividade, convive com uma taxa de participação¹ em queda e com a persistência da informalidade, que atinge quase quatro em cada dez ocupados. A precarização, que antes implicava exclusão do mercado formal, hoje se

¹ A taxa de participação é a relação da população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA). A PEA é composta por ocupados e desocupados. Quando desocupados desistem de buscar empregos, por desalento ou aumento da renda no domicílio, os desocupados saem da PEA. Isto se reflete em redução da taxa de desemprego, que não necessariamente é um indicador positivo, pois pode indicar desalento. Quando isto ocorre por aumento da renda domiciliar, é um indicador positivo.

manifesta também como característica do próprio vínculo formal. Parte daqueles que não estão desempregados vive, com frequência, sem vínculo estável, sem previdência, sem representação sindical e com rendimentos voláteis. As consequências sociológicas e psicológicas, tema de filmes do diretor Ken Loach², revelam os aspectos dessa degradação das relações de trabalho e a persistência da incerteza dela decorrente. Guy Standing³, economista britânico da OIT, chamou esse novo personagem de precariado: o trabalhador que perdeu as sete formas básicas de segurança que estruturavam a cidadania laboral — a segurança de emprego, de renda, de vínculo empregatício, de representação, de condições de trabalho, de qualificação e de inserção no mercado.

No Brasil, a erosão dessas seguranças não é um fenômeno recente. A Constituição Federal de 1988 tentou consolidar uma cidadania social fundada no trabalho, mas a agenda liberalizante dos anos 1990 enfraqueceu as bases industriais e fragmentou o tecido produtivo. A partir de 2004, com a valorização do salário mínimo e o avanço da formalização, o país ensaiou uma reconstrução parcial dessas garantias. Mas o ciclo foi interrompido. As reformas de 2017 e as decisões posteriores do STF, somadas à recessão e à política monetária restritiva, reforçaram o eixo das finanças em detrimento da economia do trabalho. Instalou-se uma insegurança jurídica nos direitos dos trabalhadores, frequentemente modificados.

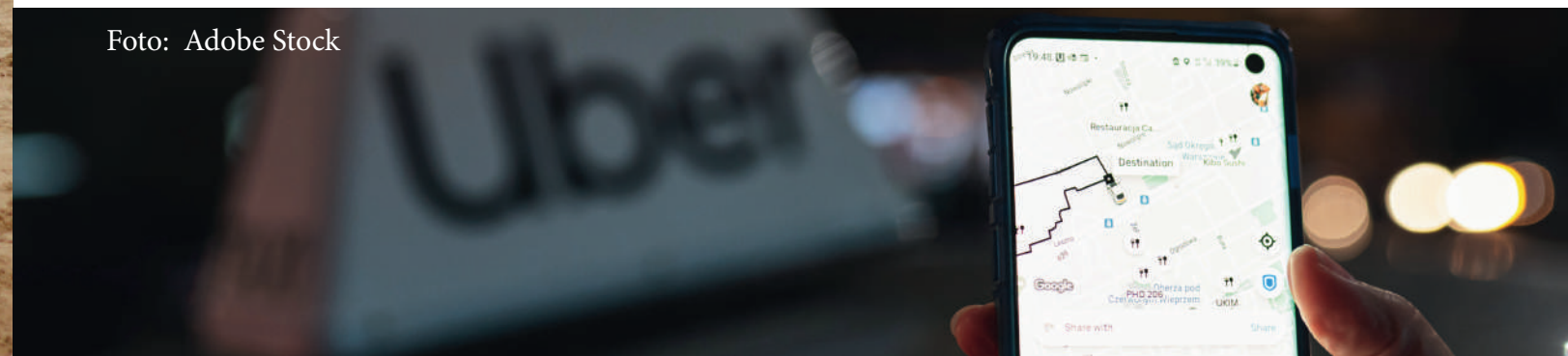
Hoje, o resultado é uma economia que, apesar de crescer, é incapaz de oferecer segurança adequada ao mundo do trabalho. A política monetária de juros elevados e de metas de inflação estreitas reprime a demanda e inibe o investimento, restrito a 17% do PIB, comprometendo a capacidade de o Estado coordenar uma estratégia de crescimento sustentado e pleno emprego, em um mercado de trabalho de qualidade. A política fiscal, subordinada à lógica da austeridade, limita os investimentos públicos e a expansão das políticas sociais que poderiam sustentar um mercado de trabalho dinâmico.

A chamada “uberização” do trabalho é a face mais visível dessa insegurança. O discurso da flexibilidade encobre a transferência dos riscos da produção para o trabalhador individual, transformado em microempreendedor sem proteção.

² EU, Daniel Blake. Direção: Ken Loach. Produção: Rebecca O'Brien. Roteiro: Paul Laverty. Reino Unido: Sixteen Films, 2016. 1 filme (100 min), son., color.; e PORQUE você não estava lá. Direção: Ken Loach. Produção: Rebecca O'Brien. Roteiro: Paul Laverty. Reino Unido: Sixteen Films, 2019. 1 filme (101 min), son., color.

³ GUY STANDING. The Precariat: The New Dangerous Class. London: Bloomsbury Academic, 2011.

Foto: Adobe Stock



São milhões de brasileiros que vivem do trabalho, mas sem as garantias mínimas de cidadania — o que Standing chamaria de ausência da segurança de renda e da segurança de vínculo. Uber, iFood, 99 e outras plataformas digitais criaram trabalhadores órfãos de direitos, sem acesso à previdência, férias, licença médica ou proteção sindical.

A necessidade de regulamentar e conceder benefícios a esses profissionais é urgente para evitar que a modernização digital aprofunde a desigualdade e a precarização. A informalidade digital contemporânea é desestruturante e reproduz a mesma lógica do atraso.

Reconstruir as seguranças laborais é, portanto, um desafio central da estratégia de desenvolvimento. O trabalho deve voltar a ser o eixo de um projeto nacional. Isso significa rearticular a política macroeconômica com a política social e industrial: crescer com sustentabilidade e distribuindo os ganhos de produtividade.

Significa também reforçar a educação profissional e tecnológica como política de Estado, articulada a uma nova estrutura produtiva capaz de oferecer empregos de qualidade e com um sistema educacional moderno, inclusivo.

Outro desafio relevante é o fim da escala 6x1, tradicional no comércio e serviços, que impõe seis dias consecutivos de trabalho para apenas um de descanso.

A superação desse modelo exige soluções que tragam mais benefícios aos trabalhadores, como jornadas flexíveis, maior previsibilidade de horários, descanso semanal ampliado e mecanismos de compensação que respeitem a saúde física e mental dos profissionais. A regulamentação deve buscar equilíbrio entre produtividade e qualidade de vida, promovendo negociações coletivas e garantindo direitos básicos para todos.

A valorização do salário mínimo, as transferências de renda como o Bolsa Família, a negociação coletiva, a proteção previdenciária e o fortalecimento sindical não são resquícios de um passado regulado, mas fundamentos de um futuro civilizado. São instrumentos para reconstruir a segurança de representação, a segurança de renda e a segurança de habilidades de que fala Standing.

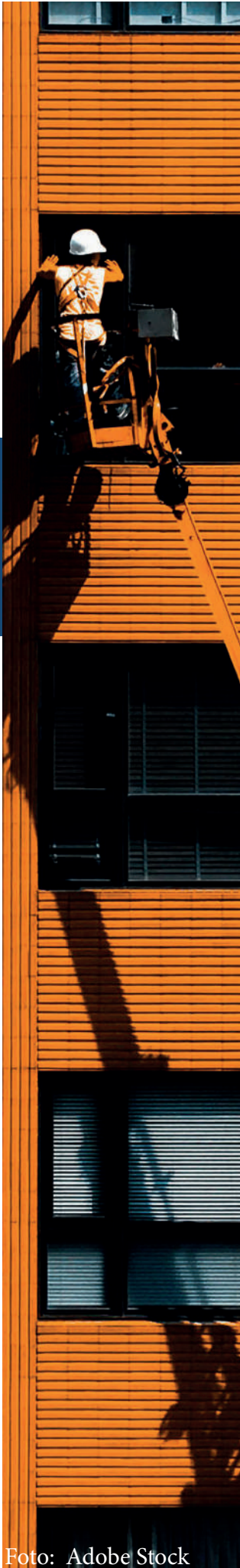
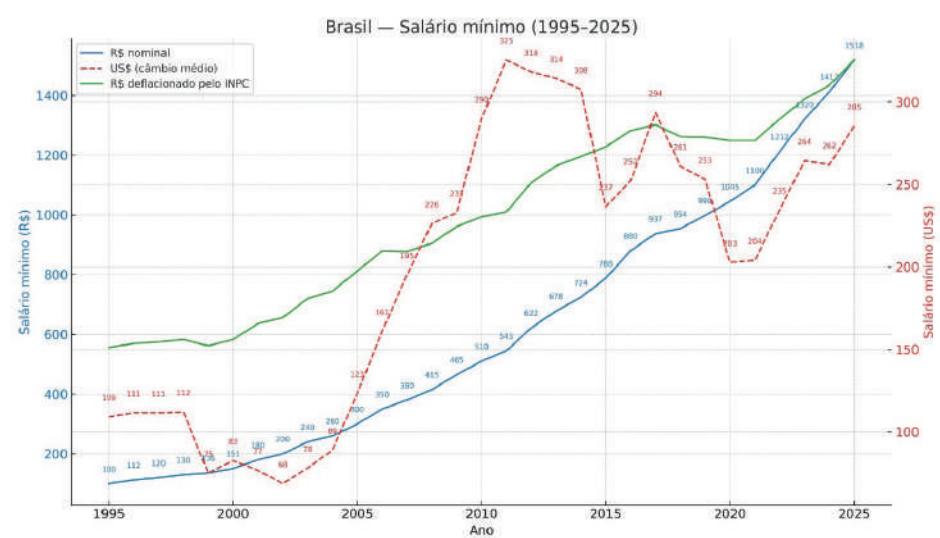


Foto: Adobe Stock



As críticas à política de valorização do salário mínimo merecem uma análise mais detida. Mesmo com a recente retomada dos ganhos reais após a interrupção em 2019, o valor atual, em torno de 285 dólares, ainda está 12,3% abaixo do pico histórico de 2011, quando chegou a 325 dólares⁴. Evidentemente, é indispensável que haja responsabilidade orçamentária para sustentar a recuperação do poder de compra do salário mínimo; não se trata de defender imprudência fiscal. No entanto, sob essa mesma lógica, é insustentável a ideia de que o crescimento econômico de longo prazo do Brasil dependa de restringir a melhoria das condições de vida dos mais pobres.

Afinal, os cerca de 100⁵ dólares que o trabalhador recebia logo após o Plano Real mal garantiam a subsistência; e basta observar as dificuldades enfrentadas hoje por quem ainda vive com o mínimo para entender o quanto este desafio permanece atual. As reformas de 2017 e as decisões posteriores do STF, somadas ao baixo crescimento e à política monetária restritiva, reforçaram o eixo das finanças em detrimento da economia do trabalho. Mas essa não pode ser a tônica se o propósito for um país mais justo.

Celso Furtado defendia que o desenvolvimento é, antes de tudo, um processo de libertação das potencialidades humanas — não a liberdade abstrata do indivíduo isolado, mas a capacidade de cada pessoa participar da criação coletiva e de seu destino. Essa libertação exige segurança no mercado de trabalho, rendimento real que cresce com a produtividade, acesso à educação e reconhecimento social: condições sem as quais o talento e o esforço permanecem prisioneiros da necessidade.

O desafio brasileiro, portanto, é reconstruir o elo entre crescimento econômico e emancipação humana — fazendo do trabalho não apenas um fator de produção, mas o centro moral, social e civilizatório do projeto nacional.

⁴ O dólar é uma referência volátil, pois está associada à política de câmbio flutuante, que é afetada pelos fluxos de divisas, à instabilidade internacional e à política monetária do país. O salário mínimo real vem subindo desde 1995, mas não tem afetado a competitividade do país, pois em dólares está abaixo dos valores de 2010.

⁵ O dólar chegou a valer R\$ 6,73 em 25/12/2024 e em 17/11/2025 fechou cotado em R\$5,33.



SUA ANUIDADE VIRA BENEFÍCIO



TV
Economista
Corecon-SP



Painel de Índices
Econômicos



Grupos de integração
no WhatsApp



Para usufruir de todos os benefícios, registre-se através do
QR CODE ao lado ou pelo atendimento: +55 11 93769-5884

Acompanhe nossas Redes Sociais



TV economista



@corecon_sp



Corecon-SP



Corecon- SP



@coreconsp



Mais informações, consulte nossa
equipe de comunicação pelo
WhatsApp+55 11 99601-4443

Fique por dentro de eventos,
cursos e todas as oportunidades de
valorização profissional!

Baixe o App economistas



Disponível na
App Store



DISPONÍVEL NO
Google Play

Foto: Freepik



CORECON **SP**
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA